

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de Gênero e Feminismo
Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade**

ANA PAULA DE SANTANA DOS SANTOS

**A Fragilidade nas Demandas Femininas nos Espaços Masculinos:
Sindicato dos Comerciários de Salvador e Secretaria de Gênero, Etnia e
Juventude**

SALVADOR

2017

ANA PAULA DE SANTANA DOS SANTOS

**A Fragilidade nas Demandas Femininas nos Espaços Masculinos:
Sindicato dos Comerciários de Salvador e Secretaria de Gênero, Etnia e
Juventude**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Bacharelado em Estudos de Gênero e diversidade, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para obtenção do grau de bacharela.

Orientadora: Profa. Maise Caroline Zucco

SALVADOR

2017

ANA PAULA DE SANTANA DOS SANTOS

**A Fragilidade nas Demandas Femininas nos Espaços Masculinos:
Sindicato dos Comerciários de Salvador e Secretaria de Gênero, Etnia e
Juventude**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Bacharelado em Estudos de Gênero e diversidade, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para obtenção do grau de bacharela.

Aprovada em ____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maise Caroline Zucco

Orientadora _____

1ª. Avaliadora: _____

2ª. Avaliadora: _____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela vida e por está sempre guiando meus passos, não me deixando desistir, quando as tempestades vieram e aos seres de luz que me conduzem para o melhor caminho.

A minha mãe Claudete Santana por ter me concebido a vida e estar presente em todas as fases da minha vida.

Aos meus irmãos, pai, sobrinhos, primos/as e tias/os, cunhada/o pelo apoio.

Aos meus avós Joanita Abdala e Gilberto Flaviano, que estão presentes em minha vida em espírito.

Aos amigos e colegas pelo apoio e incentivo de continuar.

As mestras e mestres, que ao longo do curso que contribuíram não só no conhecimento acadêmico, mas também no meu crescimento pessoal.

Agradeço a Sonia Jay minha primeira orientadora. Obrigada Soninha por tanta doçura.

Em especial minha orientadora Maise Zucco, que com toda sua calma, esteve sempre presente nesse período da pesquisa, compartilhando seu conhecimento. Obrigada Maise por sua paciência e atenção.

As pessoas do Sindicato que contribuíram para a realização da pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo inicial identificar as demandas das mulheres comerciária através da Secretaria de Gênero e Etnia do Sindicato dos Comerciários de Salvador e focar na pauta das lutas por creches, como uma das principais demandas. Contudo, através do percurso da pesquisa, houve a necessidade de mudança de foco, mostrando as fragilidades sindicais as quais as pautas das mulheres ainda sofrem nos espaços de maior ocupação masculina de altos cargos. Para tal, com referenciais teóricos que abordam questões como a divisão sexual do trabalho, as questões de gênero e suas interseccionalidades para pensar em uma área de grande ocupação feminina, na participação das mulheres no Sindicato e a criação da Secretaria de Gênero. Por fim, acabo mostrando essa mudança no percurso da pesquisa, onde não desconsidero a importância da pauta das creches. Contudo, acabo pontuando as fragilidades encontradas naquele espaço de maioria masculina e mostro o quanto temos expectativas ao ir a campo, que não condizem com a realidade.

Palavras-chave: Gênero; Trabalho; Pautas sindicais.

ABSTRACT

The present study had as its initial objective to identify the demands of commercial employee women through the Secretary of Gender and Ethnicity of Salvador's Commercial Employee Labor Union and to focus on the agenda of struggles for day care as one of the main demands. However, through the course of the research, there was a need for a change of focus, showing the syndicate fragilities that women's agendas still suffer in the areas of higher male occupancy of senior positions. For this I discuss theoretical references that address issues such as the sexual division of labor, gender issues and their intersectionalities to think about an area of great female occupation, the participation of women in the sindical space and the creation of the Secretary of Gender. Finally, I end up showing this change in the course of the research, where I do not ignore the importance of day care. However, I end up punctuating the weaknesses found in that space of masculine majority and show how much we have expectations when going to the field, that do not match the reality.

Keywords: Gender; Work; Labor union demands

LISTA DE SIGLAS

CUT- Central Única dos Trabalhadores

CLT- Consolidação das Leis Trabalhista

CTB- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CSB- Central dos Sindicatos Brasileiros

CNTC-Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio

CGT- Central Geral dos Trabalhadores

CAT- Central Autônoma de Trabalhadores

CSC- Corrente Sindical Classista

FEC- Federação dos Comerciários da Bahia

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NCST- Nova Central Sindical dos Trabalhadores

PCdoB- Partido Comunista do Brasil

PEA- População Economicamente Ativa

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio

SINDICOM- Sindicato dos Comerciários de Salvador

SINTRASUPER-Sindicato dos Trabalhadores Empregados nos Supermercados da Cidade do Salvador

SINDPD/SP- sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Estado de São Paulo

SDS- Social Democracia Sindical

SINDHOTEL- Sindicato dos Empregados em Hotéis Bares e Similares

SINTEC- Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio no Estado da Bahia

SINDBOMBEIROS- Sindicato dos Bombeiros Civis

SINTEFEM- Sindicato Intermunicipal dos Técnicos de Enfermagem, Técnico de Enfermagem do Trabalho e dos Técnicos de Patologia Clínica do Estado da Bahia.

SINDPREV- Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social no Estado da Bahia.

SINDVIGILANTES- Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança e vigilância do Estado da Bahia.

UGT- União Geral dos Trabalhadores

UNEGRO- União de Negros pela Igualdade

LISTA DE TABELAS / IMAGENS

Tabela 1- Mulheres no Mercado de Trabalho: Indicadores de participação econômica Brasil – 1976 a 2007

Tabela 2- Homens no Mercado de Trabalho: Indicadores de participação econômica Brasil- 1976 a 2007

Tabela 3- Participação das Trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios, segundo o tipo de família – agosto de 2006(em %)

Tabela 4- Distribuição das Trabalhadoras principais responsáveis e da população feminina ocupada, segundo os grupamentos de atividade – agosto de 2006(em %)

Tabela 5- Trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios: Cor ou Raça

Tabela 6- Distribuição das metalúrgicas por cidade e filiação ao Sindicato

Tabela 7 - Dada das Mulheres Sindicalizadas

Tabela 8 - Dados socioculturais das Mulheres Sindicalizadas

Imagem 1 - Comércio: área que mais emprega mão de obra feminina

Imagem 2 - Violências e dificuldades no Comércio

Imagem 3 - Violências e dificuldades no Comércio

Imagem 4 - Delegada da DEAM no Encontro das Mulheres Comerciárias

Imagem 5 - A Secretária de Gênero entre as palestrantes do Encontro das Mulheres Comerciárias

Imagem 6 - Palestrantes da Roda de Conversa sobre a Cultura do Estupro

Imagem 7 - Palestrantes, membros do SINDICOM e ouvintes na Roda de Conversa sobre a Cultura do Estupro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. MULHER E MERCADO DE TRABALHO	15
2.1. MULHER NO SINDICATO.....	24
2.2. CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES-CUT.....	28
2.3. FORÇA SINDICAL.....	30
2.4. UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES-UGT.....	30
2.5. NOVA CENTRAL SINDICAL DOS TRABALHADORES- NCST.....	31
3. SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE SALVADOR-SINDICOM	33
3.1. UM POUCO DA HISTÓRIA DO SINDICATO.....	33
3.2. CENTRAL SINDICAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL ...	36
3.3. FEDERAÇÃO DOS COMERCIÁRIOS DA BAHIA – FEC.....	37
3.4. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO – CNTC	38
4. SECRETARIA DA MULHER E ETNIA	42
4.1. UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES – UBM.....	44
4.2. UNIÃO DE NEGROS PELA IGUALDADE – UNEGRO.....	45
4.3. ENTRELAÇANDO DEMANDAS: SECRETARIA E COMERCIÁRIAS.....	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
6. REFERÊNCIAS	58
7. APÊNDICES	60
7.1 APÊNDICE A - Termo de consentimento e assentimento livre e esclarecido sobre o depoimento oral prestado	60
7.2. APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista	61

1. INTRODUÇÃO

O comércio é uma das áreas que mais se emprega durante o ano, tendo a maior parcela de mulheres ocupando esses espaços, na sua maioria mães, o que acaba por contribuir para a discussão das creches para mulheres nesses espaços. Por “ironia” essa área de trabalho que mais emprega mulheres, tem como representante o Sindicato dos Comerciários, em masculino, daí o título do trabalho. A fragilidade nas demandas femininas nos espaços masculinos, justamente para problematizar essa questão patriarcal, onde os homens são sempre destaques nos espaços públicos, deixando as mulheres e suas demandas, por sua vez, para trás. A questão das creches sempre foi algo que me inquietou, por acreditar que para as mulheres que são mães, pobres, de periferia, e responsáveis pela educação e bem-estar dos filhos e filhas, estas seriam um dos meios para que pudessem estar conquistando seus espaços no mercado de trabalho. Minha percepção é de que essa seria uma pauta importante, isso porque elas teriam um lugar seguro de cuidado para seus filhos e filhas a fim de se firmarem no mercado de trabalho, adquirindo autonomia financeira e saindo do espaço privado.

A decisão de ir à busca da luta por creches para as mulheres comerciárias de Salvador se deu através da observação de uma faixa do Sindicato dos Comerciários com a chamada: “Mulheres comerciarias na luta por creches”. Foi no processo de indagações advindo do contato com esse material que começou o interesse pela pauta dessa categoria, que tem uma carga horária extensa, acabando por comprometer na vida social e pessoal dessas mulheres.

Em acréscimo a esse contato, é preciso destacar minha própria relação com esse campo de pesquisa. Há exatamente quatro anos e dez meses trabalho em uma Rede de Supermercado em Salvador. Antes de ir para área tinha certa noção do que seria trabalhar com essa categoria, mas foi com minha vivência e observando as das colegas, que fui percebendo o quanto é uma área perversa e de opressão. Ao longo do trabalho trago a falta de participação das mulheres comerciarias, nos eventos e assembleias no Sindicato, porém tenho que destacar que algumas dessas faltas seja por conta da própria atividade laboral que desenvolvemos, que acaba consumindo a maior parte do nosso dia, dificultando até nossa vida privada e social. Confesso que durante esse período de laboro na área, apenas no último ano tive um contato mais próximo com o Sindicato e pude conhecer a Secretaria de Gênero. Tenho que ressaltar também que as leituras feitas sobre o mesmo trouxeram-me expectativas que infelizmente, devido ao nosso sistema patriarcal por as pautas das mulheres em segundo plano, me deixou decepcionada, considerando o contexto geral, ao mesmo tempo em que esperançosa, por saber

que existem pessoas a frente da Secretaria comprometida com a mudança dessa realidade. O fato de vivenciar e conhecer de perto as inquietações e principais pautas de nós mulheres comerciárias foi de suma importância, pois foi a campo sabendo o que poderia encontrar como pauta, já que algumas também são minhas. Donna Haraway mostra a importância de mostrar esse lugar de fala quando sugere uma ciência mais corporificada: “Gostaria de uma doutrina de objetividade corporificada que acomodasse os projetos científicos feministas críticos e paradoxais: objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados” (1995, p.18). Ainda se tratando dessa doutrina corporificada Haraway aponta que essa doutrina não precisa negar, ou segregar os saberes entre sujeito e objeto:

A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver. (1995, p.21)

Por estar inserida nessa área a quase cinco anos, fica “fácil” citar as inquietações e opressões que nós mulheres, na maioria negras, vivenciamos no dia a dia; lembrando que haverá momentos em que nossas inquietações irão convergir, por questões ligadas as nossas características sociais, como raça/etnia, geração, orientação sexual, maternidade, escolaridade e outras. Dessa forma, por fazer parte desse campo de trabalho, minha experiência pessoal, ou o que a Patricia Hill Collins chama de *outsider within*, ou forasteiro de dentro, é de relevância. Vivencio e compartilho em algumas situações e inquietações que podem ser consideradas como conhecimento, ao mesmo tempo em que me comprometo com os métodos científicos de produção do conhecimento. Segundo essa perspectiva teórica, que esta centrada em um debate disciplinar ligado à Sociologia:

Na melhor das hipóteses, esse status parece oferecer às suas ocupantes um equilíbrio poderoso entre os pontos fortes de seu treinamento sociológico e as contribuições de suas experiências pessoais e culturais. Nenhum se subordina ao outro. Na verdade, a realidade vivenciada é usada como fonte válida de conhecimento para criticar fatos e teorias sociológicas, ao passo que o pensamento sociológico oferece novas formas de ver esta realidade vivenciada. (COLLINS, 2016, p.123)

Contudo, o presente trabalho que inicialmente tinha o objetivo trazer a discussão da luta sobre as creches como um direito das mulheres e mães comerciárias da cidade de Salvador, em prol de sua continuidade destas no mercado de trabalho, para sua autonomia financeira, mudou seu foco. Passou a ser como as mulheres que integram a Secretaria de Gênero, Etnia e Juventude do Sindicato dos Comerciários de Salvador, que está à frente das

demandas dessa classe inserida nesse espaço majoritariamente masculino. Não majoritariamente enquanto categoria, mas como representação sindical. O foco do trabalho também esteve em como as lutas centradas nos benefícios das mulheres comerciárias estão sendo negociadas nesse espaço, especificamente, dentro da Secretaria.

Sobre meu objeto de pesquisa, sinalizo que a Secretaria assume vários nomes. Em vários momentos aparece como Departamento, outros Secretaria, em momentos vem seguidos por Etnia e Juventude, e em alguns momentos não. Dessa forma, ao longo do trabalho faço o uso mais recorrente do termo “Secretaria de Gênero”, para me referir ao que seria a Secretaria de Gênero, Etnia e Juventude.

Sabemos que é crescente o número de mulheres nas diversas áreas de trabalho, mesmo em áreas em que a divisão sexual do trabalho tome como espaços masculinos, devido aos papéis de gênero que nos são impostos na sociedade patriarcal, onde homens têm privilégios. Contudo, apesar desses privilégios sobre as mulheres estas estão cada vez mais rompendo com esses modelos normativos e adentrando em espaços que eram/são majoritariamente masculinos, como em instâncias decisórias e de coordenação. Esse é o caso das mulheres que estão dentro do Sindicato dos Comerciários de Salvador e, principalmente, na Secretaria de Gênero com o objetivo de pensar no empoderamento e bem-estar das mulheres comerciárias. Esse fenômeno das mulheres estarem ocupando esses espaços nas áreas majoritariamente masculinas é chamado de feminização, que pode ser definido como:

[...] feminização sugere o estudo das mudanças nas relações sociais entre os sexos, nas identidades, representações profissionais e mudanças institucionais de várias ordens, que costumam acompanhar a integração de mulheres em profissões ou áreas de trabalho majoritariamente masculinas (LE FEUVRE apud LOMBARDI, 2009, p. 216).

A aproximação com o Sindicato e a Secretaria de Gênero se deu no início do ano de 2016, a fim de conhecer de perto as pessoas responsáveis pelo setor, ou seja, as pessoas que ali contribuía para que as lutas das mulheres fossem alcançadas. O principal objetivo estava em traçar o perfil das comerciárias como, raça/etnia, estado civil, orientação sexual, número de filhos, geração e outros fatores socioculturais, bem como saber sobre as principais demandas dessa classe, a qual tinha, na minha dedução, a demanda das creches como principal. Foram através dessas aproximações que observei as dificuldades pelas quais a Secretaria passa, fazendo com que meu foco fosse mudado. Percebi não se podem resolver problemas relativos à luta sem antes resolvermos os problemas internos, por mais que pequenos sejam. Entre essas questões constatadas destaco a falta de informação do perfil das comerciárias. A Secretaria não dispõe de informações básicas das mesmas, o que a meu ver

pode dificultar a identificação das reais demandas, pois estamos falando de mulheres e não de uma mulher universal, sem a intersecção de uma série de identidades. Dessa forma, busquei neste trabalho o cruzamento entre as demandas das comerciárias, dentro dos limites do que é possível pautar a partir do contato com o próprio Sindicato, com as demandas internas da Secretaria especificamente.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa esteve muito ligada com as dificuldades encontradas no processo investigativo. O Sindicato, bem como a Secretaria não possui informações, documentos e dados de cadastro, por exemplo, organizados. Para tentar escrever a história desse espaço, foi necessário recorrer à memória das pessoas que lá trabalham, recorrer a alguns jornais e registros guardados, entre outros mecanismos para coleta de informações que estavam fragmentadas. Não existe um acervo histórico e o site oficial do Sindicato só dispõe de informações gerais do mesmo. Nesse sentido, as navegações nos sites oficiais das instituições citadas, como as centrais sindicais, a UNEGRO e outras (fazendo o cruzamento com alguns fatos sociais ocorridos em alguns momentos da história do Brasil), fotos, jornais oficiais do Sindicato trazendo edições especiais sobre as causas das mulheres, a participação em eventos, entrevistas e a visita de campo de forma geral compuseram o quadro de coleta de informações para a pesquisa.

Ao trabalhar com entrevista, as preocupações metodológicas estiveram centradas nos debates sobre história oral, embasado em autores como Verena Alberti e Cruikshank. Segundo Cruikshank a história oral é:

Uma expressão mais especializada, que em geral se refere a um método de pesquisa, no qual se faz uma gravação sonora de uma entrevista sobre experiências diretas ocorridas durante a vida de uma testemunha ocular (2016, p.151).

À medida que ia a campo, sempre que autorizado e possível, utilizava deste método, até mesmo nos eventos aos quais participei como ouvinte. Nessas ocasiões, realizei gravações que me auxiliaram na construção dos diários de campo, assim como auxiliaram a construir a pesquisa (OLIVEIRA, 2014, p. 69-87). Dessa forma, acabei por entrevistar três pessoas que compõe o Sindicato e uma comerciária. Além dessas fontes, os jornais, as fotos e o próprio site, que ajudaram na pesquisa precisam ser vistos com cuidado. Como documentos produzidos pelo próprio espaço institucional precisamos considerar os interesses envolvidos na produção desse material, e que neles estão presentes interesses e pontos de vista particulares.

Partindo dessas preocupações o trabalho tem uma estrutura de três capítulos. O primeiro capítulo consiste em falar da inserção das mulheres no mercado de trabalho, mostrando o seu

aumento nos espaços públicos, em busca de autonomia, visando seu empoderamento. Procura mostrar como é difícil se manter em espaços públicos, majoritariamente masculinos, como no caso dos Sindicatos devido à divisão sexual do trabalho. Ainda nesse capítulo procuro falar sobre o sindicalismo, trago teóricas como Ana Alice Costa e Paola Cappellin que trazem as mulheres dentro desse universo majoritariamente formado por homens. Faço também uma breve visita as Centrais Sindicais mais reconhecidas, relatando um pouco da história de cada uma.

No segundo capítulo trago a trajetória do Sindicato dos Comerciários de Salvador-SINDICOM mostrando a sua história, seu processo de criação, as secretarias que compõe, bem como a Federação e Confederação ao qual o Sindicato está diretamente ligado, fazendo um paralelo com os acontecimentos históricos ao qual o Brasil passava na conjuntura dessas formações.

No terceiro e último capítulo faço uma análise sobre a Secretaria de Gênero, trazendo sua missão, seus parceiros, ações, sua história contada através das pessoas que participam desse espaço, uma vez que não existe um acervo institucional. Trago Phillips (2001) a fim de discutir a questão de representatividade política, ao qual analiso a figura da mulher como representante legal de uma Secretaria que discute determinadas demandas, procurando analisar que o fato da presença feminina nesse e em outros espaços não é o suficiente para nos representar. Nessa perspectiva, deve-se pensar na reponsabilidade dessa/desse representante legal e os recursos que lhes são dados pelas instituições para o cumprimento de suas atividades em favor dos seus representados. Trago também minha trajetória no espaço para construção da pesquisa, os motivos pela mudança de foco como pesquisa feita depois das observações em visitas e eventos. Com o estudo do espaço fica notória a fragilidade que o mesmo tem em demandar as pautas das mulheres comerciárias, desde a falta da sistematização dos dados sociais das comerciárias ao suporte tímido que o Sindicato da para esta Secretaria.

2. MULHER E MERCADO DE TRABALHO

O aumento de mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas tem sido crescente. Estas não estão mais tão ligadas ao mundo privado, com os cuidados para com a casa e os/as filhos/as e está indo em busca de espaços de igualdade no âmbito público. Estão cada vez mais ocupando e conquistando lugares que eram/são majoritariamente masculinos.

Da década de 1976 até o ano de 2007 foi constatados um aumento de 11 milhões para 32 milhões de mulheres no mercado de trabalho (Fundação Chagas) contribuindo de forma até mais expressiva que os homens como população economicamente ativa. Contudo, apesar dos avanços esses números ainda não são tão significativos, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1 - Mulheres no mercado de trabalho: Indicadores de participação econômica Brasil - 1976 a 2007

Mulheres						
Anos	PEA			Ocupadas	Empregadas *	
	(Milhões)	Taxa de atividade	Porcentagem de mulheres na PEA	(Milhões)	(Milhões)	Porcentagem de mulheres entre os Empregados
1976	11,4	28,8	28,8	11,2	7,3	30,3
1981	14,8	32,9	31,3	14,1	9,4	32,2
1983	16,8	35,6	33,0	16,0	10,5	33,4
1985	18,4	36,9	33,5	17,8	11,8	34,4
1990	22,9	39,2	35,5	22,1	14,7	36,7
1993	28	47	39,6	25,9	11,1	31,8
1995	30	48,1	40,4	27,8	11,6	32,6
1997	30,4	47,2	40,4	27,3	11,9	33,1
1998	31,3	47,5	40,7	27,6	12,5	33,9
2002	36,5	50,3	42,5	32,3	15,2	35,8
2007	43.091.498	52,4	43,6	38.422.820	19.521.257	37,5

Fonte: FIBGE/PNADs-Microdados

Os dados da tabela acima, e a seguir, da População Economicamente Ativa-PEA, que mostra o número da população ocupada e desocupada por sexo, foi coletada através das pesquisas do IBGE por pesquisas domiciliares, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio-PNAD, e foi retirada da Fundação Chagas. Observando esses números é possível perceber que em mais de três décadas o aumento de mulheres entre as pessoas formalmente empregadas foi apenas de 7,2%, lembrando que a pesquisa é referente de 1976 até 2007. Esse número reflete diretamente na alteração de homens empregados, o que está em diálogo com a estrutura empregatícia formal, com carteira assinada e benefícios:

Tabela 2 - Homens no mercado de trabalho: Indicadores de participação econômica Brasil - 1976 a 2007

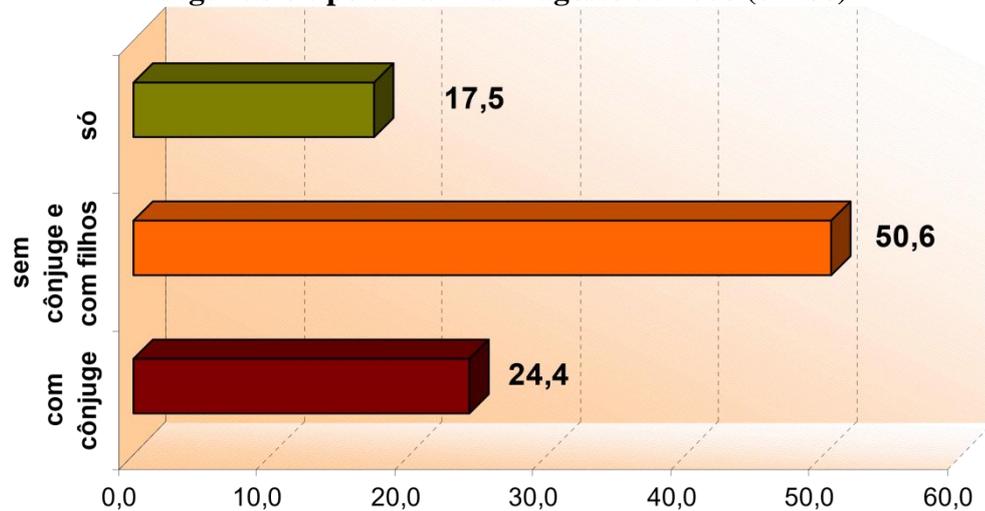
Homens						
Anos	PEA			Ocupados	Empregados *	
	(Milhões)	Taxa de atividade	Porcentagem de homens na PEA	(Milhões)	(Milhões)	Porcentagem de homens entre os Empregados
1976	28,2	73,6	71,2	27,8	16,7	69,7
1981	32,6	74,6	68,7	31,2	19,8	67,8
1983	34,6	74,8	67,0	32,4	21,0	66,6
1985	36,6	76	66,5	35,4	22,5	65,2
1990	41,6	75,3	64,5	40	25,4	63,3
1993	42,8	76	60,4	40,5	23,8	68,2
1995	44,2	75,3	59,6	41,9	24	67,4
1997	44,8	73,9	59,6	41,9	24,2	66,8
1998	45,6	73,6	59,3	42,3	24,2	66,1
2002	49,5	73,2	57,6	45,9	27,2	64,2
2007	55.754.071	72,4	56,4	52.363.199	32.562.081	62,5

Fonte: FIBGE/PNADs-Microdados

Muitas dessas mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho estão em busca de sua autonomia financeira em ajudar o cônjuge nas despesas do lar ou ainda na sua maioria, são as principais responsáveis pelo sustento do lar: as chamadas chefas de família. Essa centralização nas mulheres da responsabilidade financeira da família vem aumentando a cada ano nas regiões do Brasil, arcando com todas as despesas do lar e acumulando função da educação dos/as filhos/as. Assim, estas mulheres acabam por viver uma dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho a depender das atividades efetuadas por estas durante o dia, pois têm que dar conta do trabalho fora e dentro de casa. Ainda que morem com o cônjuge acabam realizando mais tarefas ou até mesmo todas elas dentro do lar. Esse fenômeno de lidar com a dupla jornada, pode ser considerado como “modelo de conciliação”, colocando a mulher na situação de conciliar a vida familiar com a vida profissional (HIRATA, KERGOAT, 2007, p.604). Esse fenômeno “(...) visa articular as atividades familiares e domésticas com a vida profissional (...)” (LAUFER apud HIRATA, KERGOAT). Apesar deste conceito de colocar os familiares para se articular com a vida profissional e familiar, sabemos que esta conciliação é exigida de forma muito particular às mulheres.

O gráfico a seguir, da Pesquisa Mensal de Emprego – PME do IBGE traz informações sobre mulheres trabalhadoras provedoras do lar. A pesquisa, realizada no ano de 2006, procurou mapear o perfil familiar dessas mulheres que não possuem dependência financeira:

Tabela 3 - Participação das trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios, segundo o tipo de família – agosto de 2006 (em %)



Fonte: IBGE

Fica claro através do gráfico que as mulheres responsáveis pelas despesas do domicílio que vivem com os filhos lideram em mais de 50% das mulheres autossuficientes financeiramente. Contudo, vale a pena ressaltar que as mulheres que convivem com os conjugues também vêm arcando com as despesas e já são quase um quarto das mulheres responsáveis pelo domicílio.

Dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que aumento de mulheres trabalhadoras que chefiam os lares de 2004 a 2014 aumentou 67%, o que equivale a 11,4 milhões de mulheres como principal provedora do lar durante esse período. Esse fenômeno acontece independente de classe social, raça/etnia, lugar, religião, composição familiar, etc.

Esse processo das mulheres irem para o público tornou mais visível às desigualdades existentes entre elas e os homens, principalmente no mercado de trabalho. O machismo continua sendo um dos principais vilões dessas diferenças, as mulheres ainda estão sendo vistas como seres em prol de alguém, aquela que gera que cuida. Isso acaba por promover desigualdades, como podemos observar:

O feminino é definido em relação ao papel da mulher na reprodução humana. Em quase todas as sociedades, o grosso da responsabilidade das tarefas diárias de cozinhar, limpar, atender as crianças, velhos e doentes recai sobre as mulheres. Estas atividades são chamadas de “trabalho doméstico” e podem ser acrescidas da produção de alimentos destinados a satisfazer as necessidades de uma família (MELO, 2009, p.166).

Esse processo discriminatório que as mulheres acabam sofrendo, por causa das divisões sexuais do trabalho, tem um de seus cernes na não valorização dos vários trabalhos

realizados por estas, sempre em benefício do outro. Foi na França que o movimento feminista na década de 70 começou a se mobilizar com trabalhos a fim de ter uma base teórica para tal conceito (HIRATA, KERGOAT, 2007, p.597); a partir daí que as mulheres começaram a reivindicar para que os “trabalhos” efetuados por elas, também fossem chamados de trabalho e não como uma extensão de outras atividades. A divisão sexual do trabalho pode ser definida como:

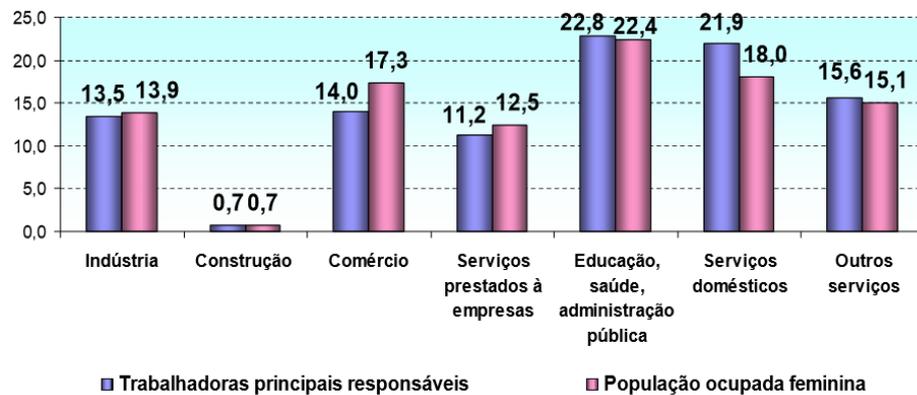
A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos: mais do que isso é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritárias dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.) (HIRATA, KERGOAT, 2007, p.599).

As autoras acima trazem a divisão social do trabalho em meio a dois princípios: o de separação, que são os trabalhos designados a cada sexo homem/mulher, e o princípio hierárquico, que é a valorização do trabalho do homem, o que dificilmente acontece com os das mulheres. Por isso ainda vemos mulheres sendo discriminadas em algumas áreas ou até mesmo sentimos a falta da sua presença em massa em alguns espaços, como nas áreas da Política, da Engenharia e do Direito, entre outras. Em contrapartida, podemos diagnosticar sua grande presença nas áreas de Saúde, Pedagogia, Comércio, Serviços domésticos, isso porque são áreas que estão ligadas ao “cuidado”, ao servir, reforçando os papéis de gênero: o que é supostamente de homem e o que é supostamente de mulher.

A tabela a seguir mostra os tipos de trabalho que a população feminina ocupou em 2006. No gráfico estão representadas as mulheres ocupadas e as principais responsáveis pelos domicílios nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Tabela 4

Distribuição das trabalhadoras principais responsáveis e da população feminina ocupada, segundo os grupamentos de atividade - agosto 2006 (em %)



Fonte: IBGE

Assim como a tabela 3, essas informações foram retiradas do PME, no qual está intitulada como Características do Trabalho das principais responsáveis: Grupamentos de Atividades. É possível observar nesse período poucas trabalhadoras na área da construção, um percentual que não chega a 1%, área esta que durante muito tempo ficou restrita aos homens. Hoje já podemos observar um crescente percentual de mulheres na construção civil, até porque estas estão sendo capacitadas. Já nas áreas de serviços domésticos, educação, saúde e administração pública e o comércio encontramos um percentual mais representativo.

As diferenças e críticas sofridas pelas mulheres que adentram em locais tidos como “masculinos” levam a sofrerem discriminações, sem contar a invisibilidade e desqualificação do seu trabalho, pois não tem o mesmo reconhecimento que o trabalho dos homens. Algumas correntes feministas apostam que esta invisibilidade ao trabalho da mulher se dá pela desqualificação que é dada aos trabalhos domésticos (MELO, 2009). Isso porque esses são realizados na sua maioria ou exclusivamente por mulheres, não dando o devido valor, por parte da sociedade, acabando desta forma por desqualificação desse serviço. Além das discriminações sofridas pela questão de gênero definido pelo modo de como o/a indivíduo se percebe culturalmente e socialmente na sociedade a partir das diferenças biológicas, de acordo com SCOT gênero pode ser definido como categoria analítica, definindo Gênero em duas partes:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados[...] (01)O Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas

diferenças sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexo e (2) o Gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder[...]. (SCOT, 1995, p.86)

Existem também outras situações que acabam colocando algumas mulheres em lugares de mais opressão que outras. Os marcadores sociais que fazem isso são a raça/etnia, classe, orientação sexual, geração, escolaridade entre outros. Ao falar da mulher negra é importante reconhecer que esta tem um salário menor que os homens, sejam eles negros ou brancos, bem como menores que o das mulheres brancas. Essa diferença ocorre pelo atravessamento de outra característica social: nesse momento ela não é apenas uma mulher, ela também é negra, o que acaba por pesar e a coloca em situação ainda mais de desvantagem. A partir dessas diferenças e demandas que mulheres negras enfrentam diferentes das mulheres brancas devido ao quesito racial, o Movimento de mulheres negras, o Feminismo Negro é de suma importância na luta pelas demandas das mulheres negras, pois além de saber suas pautas, procuram criar mecanismo para que tal situação seja melhorada, quiçá erradicada. É necessário ressaltar que todo ser é atravessado por características sociais, tais como gênero, raça/etnia, geração, classe, orientação sexual dentre outras, que em certos momentos aparecerão em situação de vantagens e desvantagens, dependendo da situação e relações identitárias estabelecidas. O atravessamento dessas características sociais, que geram experiências determinadas de opressão, é chamado de interseccionalidade, que é definida da seguinte forma:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE apud HIRATA 2009, p. 70).

Esses atravessamentos sociais que cada um de nós tem nos faz ter vantagens e desvantagens, a depender do lugar de fala de cada um/a. Ao fazer referência ao mercado de trabalho podemos perceber que as diferenças salariais não são apenas entre homens e mulheres, estas também são observadas entre o homem branco e o negro, mulher branca e negra, deixando em evidencia a questão de gênero e raça. Assim, percebe-se que no mercado de trabalho as mulheres negras, estão nos locais de menos destaque, recebendo menos que as mulheres brancas e são em maior parte responsáveis pelo sustento do domicílio. A tabela a

seguir mostra essas diferenças, onde em Salvador a maioria das mulheres no mercado de trabalho são negras/pardas, uma diferença de mais de 50% em relação às mulheres brancas.

Tabela 5 – Trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios: Cor ou Raça

Distribuição das trabalhadoras principais responsáveis, segundo a cor ou raça - agosto de 2006 (em %)							
	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Trabalhadoras principais responsáveis							
Branças	54,9	37,4	19,9	43,6	55,2	60,4	85,1
Pretas/pardas	44,3	62,0	80,1	55,8	44,7	37,9	14,5
População feminina ocupada							
Branças	58,2	40,3	18,4	45,5	55,9	66,2	87,6
Pretas/pardas	41,0	59,0	81,3	54,1	44,0	32,2	12,2

Fonte: IBGE

São esses atravessamentos sociais que fazem com que haja distanciamento e proximidade entre as mulheres vivenciadas durante o dia a dia. Nesse sentido é necessário uma política de conscientização voltada às mulheres para diagnosticar as variadas formas de opressão, no intuito de se empoderar e lutar por seus direitos. Empoderamento este definido por Ana Alice Costa como:

O mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e agir. (COSTA, 2000, p. 42)

Ao utilizar o termo empoderamento me atenho ao sentido de valorização. Com emancipação das mulheres não quero dizer que será alcançada com a equidade trabalhista ou com uma ação pontual, uma vez que o empoderamento perpassa pelo meio social, psicológico, político e econômico. Desta forma, utilizo o termo como projeto político, onde as mulheres vão em busca de seus ideais, tais como sua visibilidade e respeito em determinados espaços, estabilidade financeira, autonomia na sua vida social, pessoal e profissional sem ser coagida.

O termo empoderamento é um vasto conceito, sendo que este pode se referir tanto no que diz respeito ao homem/mulher, coletivo/individualismo. Contudo, quando utilizamos em prol da autonomia da mulher é importante frisar:

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família. (COSTA apud SARDENBERG, 2006, p.7).

Havendo mudanças nas representações sociais e culturais da imagem das mulheres, como também dos homens, desarticulando o poder que lhes são beneficiados, as mulheres tornam-se seres para si, e não mais para os outros, pois terão autonomia sobre sua vida.

Uma vez que as mulheres tomam consciência de seus direitos e deveres, nada melhor que elas próprias para lutarem e reivindicar por si mesmas. Assim, o mercado de trabalho pode ser um exemplo, uma vez que nesse espaço pode começar a reivindicar por melhores condições de trabalho, bem como o tratamento de igualdade entre homens e mulheres.

O movimento sindical pode ser um exemplo no processo histórico na busca de empoderamento no que diz respeito à autonomia no mercado de trabalho e busca por igualdade nesses espaços majoritariamente masculinos, fazendo com que seu trabalho também tenha reconhecimento perante a sociedade, podendo, dessa forma, caminhar lado a lado com seu companheiro de trabalho.

Considerando os processos históricos, em meados da década de 70, em São Paulo, as mulheres metalúrgicas começam a discutir suas demandas dentro do sindicato, sinalizando as discriminações não só sofridas dentro do local de trabalho, mas também dentro de suas casas. Assim, começam a reivindicar por organizações dentro do próprio sindicato com a finalidade de discutir e combater essas práticas discriminatórias. As reivindicações dessa determinada classe trabalhista tiveram como resultado a criação de um Departamento feminino no setor metalúrgico que tinha como objetivo:

Superar o afastamento das mulheres das entidades sindicais; incentivar as práticas de mobilização desse segmento; reduzir o isolamento da luta das trabalhadoras; fomentar estudos e pesquisas que permitam o acompanhamento da situação produtiva e discriminatória do trabalho feminino (NEVES apud COSTA, 1992, p.137).

As principais reivindicações geralmente, podendo pensar neste caso em várias categorias trabalhista, são do mesmo cunho: busca por melhoria no campo de trabalho,

mesmo salário para homens e mulheres, respeito, além das especificidades e diferenças. A realidade no mundo do mercado trabalhista é bem diversificada, a exemplo disso são os trabalhadores da área do comércio e do polo petroquímico, as quais respectivamente fazem parte do sindicato de comerciários e o sindicato da Petrobras, tendo realidades e demandas diferentes. Por isso não devemos achar que iremos encontrar sempre as mesmas reivindicações, pois além das interseccionalidades identitárias, há especificidades de categorias, que acabam por afastar ou unir as mulheres.

A partir dos anos 80 as mulheres foram fortalecidas dentro dos sindicatos, (Ana Alice Costa, 2014, p. 42) em especial os estão filiados a Central Única dos Trabalhadores – CUT; começaram a ter grandes conquistas dentro do Sindicato, dentre elas estão a criação da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora e engajamento em prol da luta contra discriminação das mulheres no ramo trabalhista e doméstico.

Pensando nas especificidades locais, a década de 90 na Bahia foi bastante representativa. As mulheres já haviam saído a certo tempo do chamado mundo privado (o lar, o cuidado com o outro, a reprodução) para o público (a vida fora do doméstico), trazendo a mulher para as diversas áreas de atividades trabalhistas, inclusive a área do comércio, que já vinha sendo ocupada pelas mulheres.

Ao longo da história no Brasil, houve reivindicações, greves, tendo mulheres à frente desse processo, estas que estavam a lutar por objetivos em comum a toda uma classe trabalhista. Existia e existe também, uma parcela de mulheres que reivindicava/reivindicam por causas exclusivas para mulheres dentro de determinada área trabalhista, mulheres em cargo de poder, a luta por creches, melhores salários, aumento do número de mulheres em determinadas áreas, mas não querem que sejam reivindicações isoladas apenas de um determinado grupo, causando divisões. Como aponta Cappellin ao tratar da questão sindical no Nordeste, principalmente diante das décadas de 1970 e 1980:

Mulheres estão cansadas de aceitar aquela clássica subdivisão das reivindicações gerais e específicas, dentro do movimento Sindical, as mulheres querem recuperar a articulação entre o mundo público e o mundo privado no debate sindical (CAPPELLIN, 2008, p.101).

Com a entrada das mulheres no movimento Sindical, que por maioria é e foi formado por homens, estas começam a formar parceria com as novas integrantes do movimento, a fim de lutar juntos por uma causa de todos e não somente específica. Ou seja, o fato da mulher adentrar nesses espaços não necessariamente, não significou apenas trabalhar com demandas

próprias, e sim, por melhorias para todos daquele espaço sem esquecer ou colocar suas especificidades.

2.1. MULHER NO SINDICATO

Sindicato é uma organização formada por uma parcela de trabalhadores e trabalhadoras de determinado setor ou categoria que se unem, não apenas em prol de reivindicar por direitos trabalhistas, mas também para se empoderar politicamente e socialmente. A maioria dos sindicatos teve e têm como seus principais representantes homens, deixando de lado por muitas vezes demandas que são de importância para a pauta feminina. Dessa forma, quando as mulheres começaram a entrar nesses espaços, tensionaram para que suas demandas fossem visibilizadas.

Nos anos de 1979 e 1985 Cappellin destaca que o país passava por momento de redemocratização, onde se teve vários seguimentos/movimentos das cidades que começam a reivindicar direitos e mudanças. Com os sindicatos não foi diferente, pois começaram a questionar as práticas dentro deles próprios, exigindo mudanças, como novas eleições, novos representantes, após um longo período de ditadura civil militar. Com essas reivindicações foram formando-se opositores, dando origem ao que ficou conhecido como Novo Sindicalismo ou Sindicalismo Autêntico; este, que nesse momento, já não discutia apenas questões trabalhista, mas as discussões passavam por outras questões sociais e políticas. Como mostra Ana Alice Costa (2014, p.42):

No período de 1979-1985, o movimento sindical é sacudido por uma onda transformadora com o surgimento das Aposições Sindicais; elas trazem em seu conjunto uma proposta de renovação nas práticas sindicais privilegiando o espaço da fábrica como espaço de luta. Em especial, valorizam a organização local de trabalho e a mobilização massiva dos trabalhadores, estabelecendo uma relação mais direta e democrática entre os dirigentes sindicais e a base das categorias.

Na década de 70 as mulheres começam a ter mais visibilidade no mercado de trabalho; estas tiveram um aumento significativo no setor industrial, o que favoreceu também seu ingresso no movimento sindical como afirma Costa (2014, p.41) “[...] entre 1970 e 1978, houve um crescimento da participação sindical feminina na ordem de 176%, enquanto que a participação masculina cresceu 87% [...]”.

As mulheres metalúrgicas de São Paulo também na década de 70 foram as primeiras a se organizar com o movimento feminista e começar a reivindicar não só por melhoria no mercado de trabalho, mas também por questões sociais e privadas. Em meio a essa conjuntura, em 1979 foi realizado o Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo onde:

Denunciava-se também não só a discriminação das mulheres no local de trabalho, mas também nos espaços domésticos e do sindicato. As trabalhadoras passam a reivindicar maior participação nas organizações sindicais através da criação do Departamento Feminino que visava: superar o afastamento das mulheres das entidades sindicais; incentivar as práticas de mobilização desse segmento; reduzir o isolamento da luta das trabalhadoras; fomentar estudos e pesquisas que permitam o acompanhamento da situação produtiva e discriminatória do trabalho feminino (NEVES apud COSTA, 2014, p.41).

O que se denunciou no Congresso, ultrapassa as questões trabalhistas, daí começam a questionar os direitos trabalhistas e suas demandas dentro e fora do sindicato, estas ligadas ao campo privado em busca de reconhecimento e visibilidade, bem como representar as outras mulheres no setor, que não são sindicalizadas e/ou filiadas.

Ainda tomando as mulheres na área da metalúrgica, nas regiões Norte e Nordeste Ana Alice Costa acredita, ao escrever sobre essa conjuntura de inserção feminina, que estas têm pouca participação nos sindicatos e que este número tão pequeno em relação às outras regiões seja devido às tradições culturais, a que as mulheres são atribuídas, em estar no âmbito privado, assim acabando por não enxergar que o sindicato seria um meio de fortalecimento político e social. A tabela a seguir, bem como a referência acima foram retiradas do trabalho de Ana Alice, divulgado na Revista Feminismo do ano de 2014, intitulado de “As mulheres no Sindicato”, e mostra o número de mulheres filiadas em algumas cidades em uma pesquisa que versou sobre a década de 1970 e 1980:

Tabela 6 - Distribuição das metalúrgicas por cidade e filiação ao sindicato

FILIAÇÃO	CIDADES			TOTAL
	MANAUS %	FORTALEZA %	SALVADOR %	
Sim	32,7	17,9	21,4	29,7
Não	61,5	82,1	67,5	64,6
Não respondeu	5,7	0,0	11,1	5,7
Total Absoluto	884	134	126	1144

Fonte: Revista Feminismo do ano de 2014

O maior percentual de mulheres filiadas ao Sindicato foi na cidade de Manaus, com 32,7%, já que esta é uma cidade com indústrias em destaque no mercado de trabalho. Apesar dos avanços e conquistas das mulheres, a pesquisadora mostra alguns motivos pelos quais muitas não são filiadas, como, por exemplo, não gostarem de política, não acreditar nas lutas dos sindicatos, não ter tempo para participar, falta de interesse, entre outras questões. Esses motivos devem por sua vez circular em outros Sindicatos e talvez sejam os responsáveis pela pouca participação das mulheres nesses espaços.

Indo para a região Nordeste e considerando a mesma conjuntura temporal, temos como exemplo de luta para conquistar espaços no sindicato por parte do Movimento de Mulheres Rurais, que se mobilizou em busca de melhores condições na jornada de trabalho, em prol de respeito e direitos trabalhistas, assim como de participar políticas nesses espaços deliberativos:

As mobilizações das trabalhadoras rurais ilustram muito bem a capacidade das mulheres de vincular as reflexões sobre a vida doméstica as demandas dos movimentos populares (CAPPELLIN, 2006, p.645).

Essas mulheres que na sua maioria, com pouco estudo, conseguem caminhar junto ao movimento feminista, através de suas próprias críticas em relação as suas condições de vida. Conseguem perceber a divisão sexual do trabalho no seu dia a dia, colocando-as em condição de subordinação. É através dessas condições que o Movimento de Mulheres Rurais na década de 70 começa a lutar não só em prol de melhores condições, reivindicações de creches, melhores salários, mas por cidadania para todos, uma vez que buscava também por direitos a terra e melhores condições nos períodos de seca.

Refletindo um pouco sobre a história do sindicalismo no Brasil, pode-se dizer essa articulação ganhou mais força a partir da década de 30, período em que o país esteve ascendendo na área da indústria, e que a classe operária passou a ter mais importância. Nesse mesmo momento é criada a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, assim como o salário mínimo, regulamentação do trabalho feminino e descanso semanal remunerado, durante o governo do presidente Getúlio Vargas. É nesse período que o Sindicato dos Comerciários de Salvador teve sua carta sindical assinada em julho de 1934, onde, na ocasião, estava dividido em outros sindicatos, tema que será discutido a diante.

Se pensarmos em processos históricos anteriores, nos anos de 1833 houve algumas organizações da classe operária, tais como a Sociedade de Oficiais e Empregados da Marinha (1833), Sociedade de Auxílio-Mútuo dos Empregados da Alfândega (1838), Sociedade de Bem-Estar dos Cocheiros (1856) e Associação de Auxílio-Mútuo dos Empregados da Tipografia Nacional (1873), que buscavam melhores condições de saúde e medidas protetivas em caso de acidentes, por exemplo. Em 1858 houve a primeira greve do Brasil, realizada pelos tipógrafos por melhores condições de trabalho e contra as injustiças patronais (FAUSTO, 2012).

Dando um salto de quase um século, nos anos 1953 os movimentos sindicais aumentaram e cresce o número de greves. Foi nesse período que teve a maior greve nacional, com mais de 300 mil trabalhadores e trabalhadoras das empresas têxteis, industriais e gráficas, considerando que o número de operários/as nas indústrias já ultrapassava um milhão. Um ano depois, em 1954 foi a vez da população do campo se articular com a criação da União dos Trabalhadores agrícolas do Brasil, preparando o “terreno” para a criação dos Sindicatos Rurais. Na mesma conjuntura, Luís Inácio Lula da Silva, Lula, tem sua aparição na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, e se tornou umas das mais expressivas figuras do movimento sindical brasileiro (Idem).

Pensando sobre a estrutura organizacional, as centrais sindicais estão acima dos sindicatos e as confederações, e são a maior unidade de representatividade dos trabalhadores e trabalhadoras na organização sindical. Cada sindicato tem sua central sindical, onde está pode ser composta por vários sindicatos. Entre as principais centrais sindicais no Brasil, hoje estão a Central Única dos Trabalhadores – CUT, Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores – UGT, Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, esta última que falarei no próximo capítulo, junto à trajetória do Sindicato dos Comerciários de Salvador – SINDICOM.

Toda central sindical tem sua base política, seu posicionamento ideológico, partidos políticos aos quais estão ligadas, assim como apoio da base, composto por categorias de trabalhadores de determinados setores. As centrais sindicais tiveram mais forças desde a formação da CUT na década de 80. Nesse sentido, faço uma breve apresentação das centrais sindicais mais conhecidas e de mais reconhecimento político e midiático, trazendo um pouco da história de cada uma delas. É importante ressaltar que as informações abaixo foram retiradas do próprio site oficial, de cada Central Sindical, onde há uma narrativa intencional para com as informações expostas.

2.2. CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES-CUT

A Central Única dos Trabalhadores – CUT teve sua fundação em 28 de Agosto de 1983, em São Bernardo do Campo – São Paulo. De caráter classista e autônomo, tem como objetivo de lutar por melhores condições trabalhistas e de vida, dos/as afiliados/as, para uma possível mudança de democracia da sociedade. O atual presidente é Vagner Freitas de Moraes, este que representa a CUT nacional e internacionalmente.

Essa central abriga mais de três mil entidades, estando presente em todos estados e Distrito Federal, sendo a maior central da América Latina e a quinta maior do mundo. Dentre os princípios da instituição estão algumas como: o apoio às ações dos trabalhadores, onde se tenha a intenção de conquistar melhores condições de vida de trabalhadores do campo e da cidade; a luta por uma sociedade socialista; apoiar os movimentos populares do campo e cidade, etc. Dentro da Central Nacional existem as secretarias que têm atribuições e finalidades sempre em prol de melhorias e capacitação de determinado grupos sociais. Entre essas secretarias estão a de Combate ao Racismo, Cultura, Políticas e Direitos Humanos, Juventude, Saúde do Trabalhador, Meio Ambiente, Mulher Trabalhadora, entre outras. Essa Secretaria, intitulada Mulher Trabalhadora, tem a finalidade de promover as pautas femininas. De acordo com a Central Única dos Trabalhadores a atribuição dessa é:

“(...)elaborar, coordenar e desenvolver políticas no interior da CUT para a promoção das mulheres trabalhadoras, na perspectiva das relações sociais de gênero, raça e classe, subsidiando as instâncias horizontais e verticais e as entidades filiadas nos seus respectivos âmbitos; organizar as mulheres trabalhadoras para intervir no mundo do trabalho e sindical sobre as questões que interferem na vida destas mulheres enquanto trabalhadoras”.(CUT)

É de suma importância que existam Secretarias como estas, dentro de espaço de poder majoritariamente formado por homens, a fim de promover discussões sobre equidade de gênero no mercado de trabalho. Mais importante quando quem está à frente dessas questões são mulheres sensíveis as questões de gênero e outras categorias que se cruzam como raça, classe, orientação sexual, geração, que sabem e sentem na pele as barreiras impostas por uma sociedade machista e façam uso dessa experiência. Entre os Sindicatos da Bahia filiados à CUT e vinculados ao Partido dos Trabalhadores-PT estão o Sindicato dos Rodoviários, SINDPREV, SINDVIGILANTES, ASSUFBA, SINDIQUIMICA, SINERGIA, SINDOMESTICOS, SIND METALURGICOS, FETAG, SINTAGRI.

É importante destacar a busca de alguns militantes desta central em busca de equidade e igualdade entre os sexos nas diretorias, das centrais sindicais, Sindicatos e outras esferas de maioria homens. Em 1993 militantes e dirigentes apoiaram a política de cota onde tinha como objetivo a participação das mulheres nesses espaços, de cota mínima de 30% de participação feminina nas diretorias. Essa Central foi a primeira a instalar essa política de cotas no Sindicalismo no Brasil.

Apesar de ser uma porcentagem ainda pequena, mas esse marco já foi de suma importância para a participação efetiva das mulheres nesses espaços, ainda que de maneira tímida devido ao próprio espaço de maior ocupação masculina. Contudo, é importante destacar que nem todas Centrais Sindicais, Sindicatos, cumprem com essa cota dentro de sua administração como destaca Sônia Wright, em 2008 relação as Centrais Sindicais:

Na direção das Centrais Sindicais, somente a Central Única dos Trabalhadores (CUT) assume, na prática, o compromisso com a cota de 30% para mulheres, com 34% de participação feminina. A Central Geral dos Trabalhadores (CGT), HOJE União Geral dos Trabalhadores (UGT), tinha, em 2005, um quarto (25%) de mulheres integrando sua diretoria. Mas a Social Democracia Sindical (SDS), hoje também UGT, tinha 6% de mulheres na diretoria. A Força Sindical (FS) possuía uma participação de apenas 15% de mulheres na sua instância de decisão. (WRIGHT, 2008, p.03)

Com os Sindicatos não são diferentes a participação feminina das diretorias ainda são de forma de tímida, tendo a maioria dos Sindicatos sem cumprir a cota mínima de 30% das mulheres na direção.

2.3. FORÇA SINDICAL

A Força Sindical foi fundada em 08 de Maio de 1991, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher (comemoração esta que a Força Sindical faz questão ressaltar, durante a narrativa de sua história) dia marcado de luta por melhores condições trabalhistas e equidade de gênero. A bandeira da Força Sindical está voltada para central forte, livre e autônoma, prevendo o bem-estar social e um Brasil melhor. Hoje a central possui mais de 1600 sindicatos filiados. A instituição é composta por 14 secretarias, entre elas a de Direitos Humanos e Cidadania, Meio Ambiente, Assuntos Raciais, Pesca, Mulher, entre outras. A Secretaria Nacional da Mulher tem como secretária Maria Auxiliadora, que vem trabalhando com o Projeto de Igualdade para as Trabalhadoras, buscando junto a central fortalecer a inserção das mulheres dentro dos espaços de poder. É importante ressaltar que não só essa Central Sindical, mas como as demais, nas narrativas de suas histórias, a ênfase é maior quando se trata de contar seu surgimento, missão, não especificando os objetivos das Secretarias.

Essa Central Sindical está filiada à Confederação Sindical Internacional, e tem Miguel Torres como atual presidente. Alguns dos Sindicatos da Bahia filiado a central e ao Partido Solidariedade são SINDHOTEL – Ilhéus, SINTEC – BA SINDBOMBEIROS, SINTEFEM.

2.4. UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES-UGT

A União Geral dos Trabalhadores foi fundada em 19 de julho de 2007 no Congresso Nacional de Trabalhadores em São Paulo, formada pela união de outras centrais sindicais como a Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT, Social Democracia Sindical – SDS, Central Autônoma de Trabalhadores – CAT e Sindicatos independentes. A Central tem como objetivo coordenar, representar e defender os direitos, assim como interesses dos trabalhadores/as e tem como atual presidente Ricardo Patah. Soma-se mais de 1300 entidades sindicais filiadas, representando trabalhadores/as das áreas rurais e de centros urbanos, como comerciários, metalúrgicos, 3º setor, setor informal e autônomo, limpeza e conservação, trabalhadores catadores de papel, papelão e cortiça, entre outros.

Com mais de vinte Secretarias, destaco a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretaria de Saúde e Segurança do Trabalho, Secretaria para Assuntos Culturais e Secretaria para formação Sindical. Em acréscimo menciono a Secretaria

da Mulher, que teve como secretária no ano de 2016 Santa Regina Zagretti que formula e participa de ações voltadas para discutir políticas para mulheres. Pensando na trajetória de iniciativas voltadas às mulheres, na Bahia, em 19 de março de 2016 houve o Primeiro Seminário de Mulheres da UGT no estado, com o tema “A mulher no século XXI, avanços e desafios”, organizado pelo então presidente Magno Lavigne, onde a líder sindical Maria Nilda falou sobre políticas para as mulheres e os problemas que enfrentados no mercado de trabalho, esta central não possui uma clara vinculação partidária.

2.5.NOVA CENTRAL SINDICAL DOS TRABALHADORES- NCST

Fundada em Brasília no dia 28 de junho de 2005, no primeiro mandato de Lula como presidente da República, a NCST nasce com objetivo de lutar pelos interesses políticos e sociais dos sindicatos legais e autônomos. Tem como atual presidente José Calixto Ramos, dentre as diretorias que compõe a central estão a de Segurança e Saúde no Trabalho, Diretoria de Assuntos Trabalhista, Diretoria de assuntos da Mulher. Essa última tem como diretora Sônia Maria Zerino Silva em 2016, também atuante das causas femininas na Confederação de Mulheres no Brasil. A Central tem em sua composição 55 Confederações, 82 Federações e mais de mil Sindicatos, e mais de 10 milhões de trabalhadores filiados no país e por escolha não tem vínculo com nenhum Partido Político.

2.6.CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS – CSB

Fundada em 08 de fevereiro de 2008 a CSB tem como objetivo defender os interesses dos trabalhadores/as no ramo sindical, político e social daqueles/as que a eles são filiados, tendo atuação em todo o território brasileiro. Essa é uma central que ainda se encontra em construção, tanto do âmbito nacional, se fortalecendo, como no âmbito estadual sendo ainda organizado nas Federações brasileiras. O presidente em 2016 era Antônio Fernandes dos Santos Neto que faz parte do SINDPD/SP – Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Estado de São Paulo. Dentre as secretarias que compõe esse espaço político estão a Secretaria de Formação Sindical, Secretaria de Saúde, Secretaria de Saúde do Trabalhador, Secretaria da Mulher Trabalhadora, que teve como secretária, no mesmo ano, Antonieta de Cassia Dorledo de

Faria. Alguns sindicatos filiados à CSB são os das categorias de Mototaxistas, Motoboys, Moto-frete – GO, Técnicos agrícolas – RS, Informática – SP, Contabilistas – CE, entre outros.

Considerando o recorte de Centrais sindicais apresentados é possível perceber que esses espaços estão dispendendo atenção à temática da mulher, gerando secretarias e diretorias específicas para trabalhar com a temática. Esse movimento não está desligado da própria conjuntura social, que no Brasil representou a visibilidade e crescimento de uma nova geração do movimento feminista, definido por muitas autoras desse campo de estudos como Segunda Onda Feminista. Com o Sindicato dos Comerciários não foi diferente, pois também possuem esse espaço institucionalizado. Mas isso não representa que as demandas das mulheres são efetivamente atendidas, que se tornam importante pauta de luta e também não pode medir a importância que essas assumem dentro de outras pautas do Sindicato.

3. SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE SALVADOR-SINDICOM

Este segundo capítulo tem como objetivo apresentar o Sindicato dos Comerciários de Salvador mostrar um pouco de sua trajetória, missão, suas secretarias, bem como a Central Sindical, Federação e Confederação pertencente. Nesse sentido, o principal intuito é contar uma história dessa instituição, para assim compreender a atuação da Secretaria de Gênero do Sindicato, que em sua narrativa se coloca em prol de melhorias de trabalhos para mulheres comerciárias.

Ressalto que a maioria das informações do próprio Sindicato e suas instâncias superiores foram retiradas dos sites oficiais dos mesmos, ou seja, as informações e falta delas, são estratégias de caráter político e ideológico de cada órgão. Neste capítulo essa narrativa entre em diálogo com referenciais bibliográficos da conjuntura histórica, bem como com as informações coletadas através das visitas a campo e entrevistas que compõe o capítulo seguinte.

3.1. UM POUCO DA HISTÓRIA DO SINDICATO

O Sindicato dos Comerciários de Salvador-SINDICOM foi criado em meio à ditadura militar, em 16 de julho de 1934, onde sua carta Sindical foi assinada pelo presidente da época, Getúlio Vargas. Naquele momento o Sindicato ainda estava separado de outras áreas do comércio como farmácias, óticas, áreas alimentícias e outras. A união destes só se deu em 25 de março de 1942, fortalecendo mais a instituição, pois novas categorias do comércio estavam adentrando. Vale ressaltar que o imposto Sindical começa a ser cobrado antes mesmo dessa união de outras áreas. Esse fora criado em 1940 e sua cobrança independe do empregado ser sindicalizado ou não, como mostra Boris Fausto:

Em julho de 1940, foi criado o imposto Sindical- instrumento básico de financiamento do Sindicato e de sua subordinação ao Estado. O imposto consiste em uma contribuição anual obrigatória, correspondente a um dia de trabalho, paga por todo empregado, sindicalizado ou não. (FAUSTO, 2013, p.319)

De acordo com informações contidas na história do Sindicato no seu site oficial, por volta dos anos de 1900 existia a Associação dos Empregados no Comércio na Bahia-AECB, que tinha caráter beneficente e assume naquele momento papel político em prol de garantir

direitos de negros recém-libertos, uma vez que estes espaços estavam sendo ocupados por brancos. Os caixeiros, vendedores que circulam de domicílio a domicílio, na época não estavam satisfeitos com os passos que a Associação vinha tomando, e decidiram criar em 1º de junho de 1919 a União Caixeiral da Bahia, com a finalidade de lutar pelos interesses trabalhistas. Importante ressaltar que desde a Primeira República que começaram as reivindicações e formações de grupos em busca de melhorias, como destaca Boris Fausto:

Desde o início da Primeira República, surgiram expressões da organização e mobilização dos trabalhadores: partidos intitulados de operários, aliás com poucos operários, que logo desapareceram; Sindicatos, greves. Os anarquistas tentaram organizar a classe operária em nível nacional, com a criação da Confederação Operária Brasileira em 1906. (FAUSTO, 2013, p.256)

Através dessa União e com a participação do PCdoB sob a liderança do escriturário Antônio Valença é constituído o Sindicato dos Comerciários de Salvador, em meio à ditadura militar, recebendo sua carta sindical em 16 de julho de 1934. Esse período em que a carta Sindical foi assinada, uma série de mudanças de suma importância para os trabalhadores aconteceram no Brasil, pois houve as reformas trabalhistas onde foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio na década de 1930 (FAUSTO, 2013). Ainda foram sancionadas leis com objetivo de proteger os trabalhadores/as, enquadramento dos sindicatos pelo Estado, a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, férias e jornada de trabalho de oito horas. Ainda de acordo com Fausto o enquadramento dos sindicatos foi estabelecido:

[...] pelo Decreto nº19770 de 19 de março de 1931, que dispunha sobre a sindicalização das classes operárias e patronais, mas eram as primeiras o foco de interesse. O Sindicato foi definido como órgão consultivo e de colaboração com o poder Público. Adotou-se o princípio da unidade Sindical, ou seja, do reconhecimento pelo Estado de um único Sindicato por categoria profissional [...].

Assim, com esse Decreto, só poderia existir um sindicato por profissão, documento este que vigorou até 1934 quando surgiu um novo, onde a principal mudança era a pluralidade sindical (FAUSTO, 2013, p.287).

O Sindicato dos Comerciários de Salvador até 1981 estava fortemente ligado às ideias do governo Getulista, informação esta retirada do site oficial. Essa situação permanece até que surge dentro a oposição liderada por Reginaldo Oliveira, vendedor da Feira de Tecidos ligado ao Partido Comunista do Brasil- PCdoB. Os comunistas começaram a ocupar cada vez mais cargos na diretoria sindical, para retomar o sindicato, estes estavam organizados na Corrente

Sindical Classista – CSC e atuando na CUT. A chapa de Reginaldo (atual presidente da FEC) vence em 1994 e 1999 sendo a mesma corrente até os dias de hoje.

Não dá para contar a história desse Sindicato sem fala de uma grande greve que trouxe visibilidade e benefícios para a categoria na década de 80. A greve plantada por uma grande rede de supermercado de Salvador, Paes Mendonça, atual Bompreço, que reivindicou melhores condições de trabalho, melhores salários e o fim sindicalismo autoritário e patronal da época. Foi durante esse momento que algumas mulheres sentiram a necessidade de se unirem para reivindicar por demandas específicas, tema que falarei mais adiante ao tratar da Secretaria de Gênero do Sindicato.

O sindicato não luta apenas pelos direitos trabalhistas da categoria, seu trabalho está além, ultrapassa esse universo, uma vez que luta por melhores condições de vida do comerciário/a, com políticas como convênios da área da educação, casa própria e saúde e elementos voltados para a cultura e lazer da classe comerciária, isso segundo a própria narrativa da entidade. A estrutura atual do Sindicato, mostrada pelo seu site oficial, consiste em secretárias que buscam trabalhar sempre para o bem-estar da categoria. As secretarias são:

4. Secretaria Administrativa: Que tem como objetivo cuidar das questões burocráticas, que envolve o Sindicato.
5. Secretaria de Cultura: Onde desenvolve atividades voltadas para a cultura, encontros, teatros, festas. O sindicato possui o Espaço Cultural, onde acontece oficina de teatro, para posteriormente serem apresentados no Teatro Dias Gomes, tem o Forró do Xaxado, Exposições artísticas na Galeria Clementina de Jesus.
6. Secretaria do Esporte: Rodadas, campeonatos de Futebol Society
7. Secretaria da Juventude: Inserir a juventude da área do comercio em debates, junto as centrais e sindicatos.
8. Secretaria da Saúde: Volta para promover encontros e debates em benefício da saúde dos trabalhadores/as e prevenção de acidentes de trabalhos.
9. Secretaria da Mulher e Etnia: Que tem como objetivo está desenvolver ações específicas e conjuntos de cunho emancipacionista. Informações estas retiradas de documentos do Sindicato, contendo suas secretarias e seus objetivos.

3.2. CENTRAL SINDICAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL

A Central Sindical ao qual o Sindicato dos Comerciários está filiado é a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil- CTB que com informações retiradas do site oficial consta que foi criada em dezembro de 2007, no período do primeiro mandato de governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Essa central tem como princípio a democracia, defesa dos direitos sociais, a não discriminação seja ela de raça/etnia, gênero, orientação sexual, defende a liberdade e autonomia sindical. Tendo como planos de luta de melhores salários, fortalecer o sindicato, ampliar direitos trabalhistas, fortalecer os laços com os movimentos sociais, assim como lutar pela paz mundial.

Essa Central Sindical está presente nos 27 estados brasileiros, cada qual com seu representante, em torno das reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras filiados. Atualmente, podemos identificar, segundo o próprio espaço político, 14 secretarias, que são nacionais:

- Secretaria Formação e Cultura;
- Secretaria Igualdade Racial;
- Secretaria Imprensa e Comunicação;
- Secretaria Juventude Trabalhadora;
- Secretaria Meio Ambiente;
- Secretaria Mulher Trabalhadora.

A CTB nacional tem Ivânia Pereira a frente da Secretaria Mulher Trabalhadora que trabalha em conjunto com as Secretarias Estaduais em prol de equidade de gênero e visibilidade da mulher trabalhadora. Em 2011 esteve a frente da Secretaria Estadual da Mulher em Sergipe. Já a CTB-BA tem como Secretaria Marilene Betros, que em sua opinião, considera que as questões de gênero têm que ser discutidas desde a sala de aula, a fim de formar homens e mulheres com igualdade. Além de ser dirigente da CTB, Marilene também é professora na rede pública de ensino. As outras secretarias nacionais são:

- Secretaria Política Agrícola e Agraria.
- Secretaria Política Sindical e Relações Internacionais.
- Secretaria Políticas Sociais, Esporte e Lazer.
- Secretaria Previdência, Aposentados e Pensionistas.
- Secretaria Saúde e de Segurança do Trabalho.
- Secretaria Serviços Públicos.

- Secretaria Relações Internacionais.
- Secretaria Geral.

3.3. FEDERAÇÃO DOS COMERCIÁRIOS DA BAHIA – FEC

Federações são instituições que abrigam sindicatos com a mesma atividade laboral ou similar e para se formalizarem necessitam da filiação de cinco sindicatos. A Federação que abriga o SINDICOM é a FEC, que tem o objetivo de lutar por melhorias da classe comerciaria, sem fins lucrativos.

A FEC tem como principal missão a melhoria dos sindicatos que a ele estão filiados, bem como a conscientização para o bem-estar social. A sede baiana fica no bairro de Nazaré, em Salvador, mesma rua que se encontra o SINDICOM, tendo como atual presidente Reginaldo Silva de Oliveira, que foi comerciante na década de 70 e nos anos 80 esteve a frente da presidência do Sindicato. Ele é também membro do Comitê Municipal do PCdoB de Salvador.

Assim como os sindicatos e as Centrais sindicais, As Federações possuem as secretarias com o objetivo de melhorias em várias áreas, como nas questões de gênero, cultura, etc.. Essa instância desenvolve atividades em conjunto e em prol de todos da categoria. Nesse sentido, os Sindicatos filiados à FEC Bahia são:

- Castro Alves
- Camacã
- Gandu
- Guanambi
- Itaberaba
- Itamaraju
- Irecê
- Itabuna
- Juazeiro
- Serrinha
- Salvador
- Santa Barbara
- SINTRASUPER
- Ubatã

É importante destacar que apesar dos avanços que estamos tendo, com as mulheres ocupando espaços de poder, que desses mais de dez Sindicatos filiados a FEC-BA só quatro destes tem uma mulher como presidente, ocupando o papel de principal liderança, o que nos faz pensar que apesar das conquistas da inserção de mulheres nesses espaços de poder, sua presença ainda aparece de forma tímida. Essa constatação foi feita através de pesquisa sobre quem presidia esses Sindicatos acima, através de informações retiradas da FEC, no ano de 2016.

3.4. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO – CNTC

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio – CNTC foi criada em 1946, com o objetivo de assegurar os direitos dos trabalhadores da área, juntamente com as Centrais Sindicais e os Sindicatos. Essa é uma organização de grau superior que abarca 25 Federações e mais de 800 Sindicatos. Com sede no Distrito Federal, tem bases em todo território brasileiro. Desde a sua fundação uma das maiores campanhas da CNTC foi pela luta do repouso semanal remunerado para classe comerciária.

A CNTC tem algumas diretorias com a finalidade de desenvolver atividades de acordo com suas demandas. Entre elas está a Diretoria de Assuntos Legislativos, Relações Internacionais, Formação Sindical, Assuntos Jurídicos, Previdência e Seguridade Social, Políticas Sociais, Cidadania e Direitos Humanos, Políticas para Mulheres, Saúde e Segurança do Trabalho, Esporte, cultura, lazer e juventude, Negociações Coletivas, Relações do Trabalho, Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Apenas à Diretoria de Políticas para as Mulheres, entre as demais, possui uma mulher a sua frente.

Pensando nos números, comércio é área que mais emprega pessoas durante todo o ano e há um perfil recorrente nesse setor:

Imagem 1 - Comercio: área que mais emprega mão de obra feminina

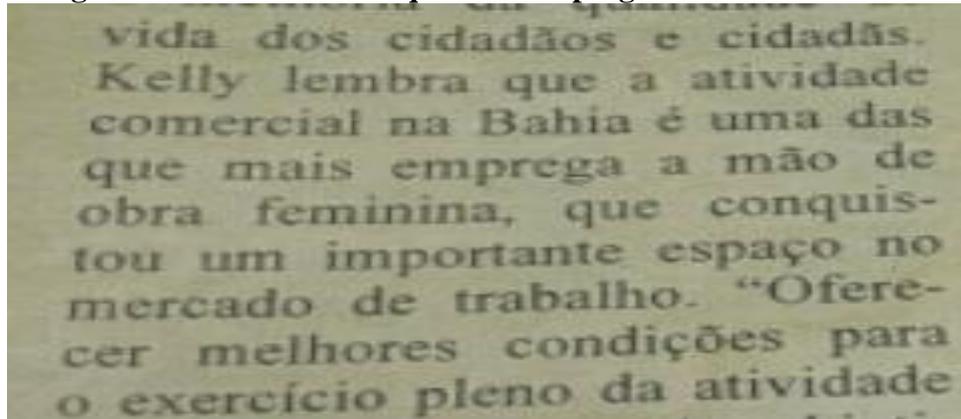


Imagem retirada do Jornal impresso do Jornal Oficial do Sindicato dos Comerciários de Salvador. Nº 543- Novembro (s/d)

De acordo com informações retiradas do jornal impresso do Comerciário de Salvador, quando Deputada em 2013, Kelly Magalhães do PCdoB afirma que essa é uma das áreas que mais emprega mulheres. Assim, se faz necessário criar mecanismos para que essas mulheres sejam bem assistidas uma vez que é uma área de desgaste físico e emocional, onde se consome mais da metade do dia. É também um setor bem discriminatório, onde constantes assédios, racismo, sexismo, etc., se fazem presentes. Esse fenômeno das mulheres serem maioria na área do comércio, não é algo novo, desde a década de 70 estas já vem sendo maioria, como destaca CASTRO e GUIMARÃES (1995, p.17).

[...] a participação feminina tem sido maior no comércio de mercadorias, chegando a corresponder à metade do número de empregados, notadamente no comércio de armarinhos e vestuário. A expansão das atividades no comércio de imóveis e nas finanças esteve na raiz do crescimento do emprego feminino na década 60/70, enquanto na década 70/80, o intenso crescimento da atividade feminina nas finanças, onde chegam a representar 29,6% dos empregados, foi superado pelos serviços ao produtor, que em seu avanço absorveram especialmente as mulheres.

Nadya Castro em um de seus trabalhos intitulado de “Relações de Trabalho e Práticas Sindicais na Bahia”, discorre sobre o Movimento Operário Baiano na década de 1980, trazendo dados sobre o setor comercial, retomando dados desde 1950. A mesma destaca a área comercial entre as cinco atividades urbanas na Bahia nesse período: entre elas estavam o Comércio que se dividia em varejista e atacadista; Industrial que também se dividia em extração e transformação e Serviços Nadya Castro menciona que o setor varejista foi um dos que mais avançou durante essa época:

Enfim, comércio varejista e serviços cresceram sua participação no emprego de sorte tal que o primeiro consolida a sua absoluta predominância enquanto o outro passa ao segundo posto, configurando-se assim como os dois setores em nítido avanço na oferta de postos de trabalho nos últimos 30 anos. (CASTRO, 1995, p.16)

Fazendo um paralelo entre os trabalhos dos teóricos citados e a realidade retratada com a afirmação da então Deputada, fica nítido o quanto é importante um núcleo, uma secretaria para está tratando das demandas das diferentes mulheres que atuam nessa área do comércio. Essas demandas e dificuldades vêm sendo discutidas pela Secretária de Gênero e Etnia do Sindicato (como veremos no capítulo a seguir), através de atos e eventos públicos, como divulgado do periódico a seguir:

Imagem 2 - Violências e dificuldades no Comércio

MULHER COMERCÍARIA

No caso das comerciárias, a violência ultrapassa o ambiente doméstico e familiar. Para elas, o trabalho é o local onde ocorre todo tipo de discriminação, humilhação e ofensas, como ressaltou a diretora Josélia Santos. “A mulher comerciária sofre vários preconceitos, principalmente quando atinge o cargo de liderança. No que diz respeito a comerciária negra e homossexual a situação é ainda mais delicada.”, completou.

O evento contou ainda com uma feira de artesanato do Instituto Mauá, stands do Naspec, que mais uma vez levou informações sobre combate e tratamento do câncer, Limpurb e Sesc,

que ofereceu serviço gratuito de orientação odontológica. E para fechar o dia com chave de ouro, a banda de percussão formada por mulheres com deficiência auditiva da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (Apada) embalou o Grupo de Dança da Terceira Idade Fênix e animou o público presente.

Luíza Maia com representantes do Movimento Negro e LGBT





Jornal Oficial do Sindicato dos Comerciários de Salvador. Nº 158/ Março de 2013

Imagem 3 - Violências e dificuldades no Comércio

AUTORIDADES POLÍTICAS

Além da violência contra a mulher, o evento abordou outros aspectos que envolvem o universo feminino, entre eles o mercado de trabalho. “As mulheres comerciárias estão ocupando todos os espaços mas com algumas limitações como salários menores e sem atuar em cargos de chefia, ou quando atuam recebem menos que os homens. Já as mulheres negras sofrem mais ainda com as discriminações, porque normalmente são colocadas para trabalhar no fundo das lojas. A transformação da sociedade vem com a informação, e é este nosso objetivo. Por isso levamos este evento para praças, estações, guetos e empresas a fim de transformar e, quem sabe, no futuro só ter a comemorar.”, pontuou Cherry Almeida, coordenadora da Secretaria de Gênero.



Alice Portugal - Dep. Federal PCdoB

para a categoria e lembrou da aprovação do projeto que vai beneficiar as empregadas domésticas. “A feira das comerciárias já é uma tradição no 8 de Março, com grande repercussão na cidade. É bom ver que muitas mulheres param no local para ouvir os debates. Aproveitei para dar boas notícias de Brasília: a aprovação no Senado do

Jornal Oficial do Sindicato dos Comerciários de Salvador. Nº 158/ Março de 2013

As imagens acima foram retiradas do jornal Oficial do Sindicato dos Comerciários de Salvador. Nº 158/ Março de 2013 com a chamada “Mulher em destaque: 3º Feira da Cidadania marca as comemorações ao dia Internacional da Mulher” onde a Secretaria, juntamente com o Sindicato, reuniu-se na Praça da Piedade, onde geralmente acontecem os eventos abertos ao público, com o objetivo de comemorar o mês da Mulher, bem como discutir as demandas das mulheres comerciárias. Esse é apenas um exemplo que introduz o tema que será tratado no capítulo seguinte: a Secretaria de Gênero do Sindicato dos Comerciários, a promoção das pautas das mulheres e a representatividade política delas em meio a uma categoria eminentemente feminina.

4. SECRETARIA DA MULHER E ETNIA

Este terceiro capítulo tinha como objetivo inicial mostrar as demandas das mulheres sindicalizadas, ao qual tinha como principal hipótese que a luta por creches seria um elemento central na pauta. Contudo, ao longo do desenvolvimento do trabalho pude observar através das visitas formais/informais, dos encontros em eventos promovidos pela Secretaria as dificuldades que este espaço tem para se firmar de fato no SINDICOM. Deste modo, falarei das demandas, bem como das dificuldades observadas nesse processo de investigação para a construção de uma narrativa sobre esse espaço político.

O primeiro contato com a Secretaria se deu após observar uma faixa em uma das vias bem movimentadas de Salvador, na região do shopping Bahia, com a chamada “Mulheres Comerciantes na luta por Creches”. A partir daí surge o interesse pessoal em ir atrás dessa informação e refletir sobre os benefícios da organização sindical e as pautas que teriam as mulheres comerciárias. Esse primeiro contato gerou certo entusiasmo, pois quando fui para as pesquisas na internet vi que dentro do Sindicato existia uma Secretaria de Gênero e ali enxerguei uma possibilidade de trabalho monográfico, já que o Bacharelado em Gênero e Diversidade é um curso pioneiro e que está se firmando nesse campo de discussões. No início do ano de 2016 fui conversar com Rosemeire Correia, pessoa responsável por este setor há dois anos. A partir daí as visitas e conversas começaram a se desenvolver, começando o estudo etnográfico daquele local (ao qual a boa parte da narrativa deste capítulo foi feito nesse movimento metodológico) observar condições em que a sala desse setor funciona, pessoas que ali trabalham, a organização da secretária, acervo histórico, informações socioculturais das comerciárias sindicalizadas.

O acesso foi fácil e aconchegante por parte do Sindicato de forma geral, mas o direcionamento foi mais específico à Secretaria a qual se tornou meu objeto de estudo. A empatia com a Rosemeire Correia, a troca de telefonemas e e-mails foram importantes para que este acesso fosse adiante. O Sindicato tem uma boa estrutura, salas, para cada setor, desde as Secretarias, até os locais de atendimento aos comerciários, como por exemplo, a sala para homologação, entre outras. Já a Secretaria de Gênero é um espaço composto de uma sala pequena que apesar de aconchegante, tem algumas dificuldades na sua estrutura. Apesar de ser bem recebida e de ter sido convidada pra assistir os eventos, o caminho para obter informações sobre a Secretaria foi difícil. O setor não dispõe de um acervo contando como foram o processo de sua criação, as primeiras reivindicações, ou mesmo um espaço em que jornais ou materiais panfletários são salvaguardados. As pessoas que contribuíram para esse

processo e para a continuidade do trabalho dentro da Secretaria são pessoas de difícil acesso, as quais algumas não tive como contatar. Contudo, consegui contato com Dalva Leite uma das pessoas que esteve à frente da Secretaria nos anos 80 e a atual secretária. É através da sua narrativa que construo um pouco da história da Secretaria dentro do Sindicato, já que não se tem um acervo histórico falando sobre.

Com visitas ao Sindicato ao longo da pesquisa, pude observar que os pequenos problemas na estrutura da sala não foram resolvidos, que o setor em alguns momentos encontra-se fechado, já que não existe uma pessoa que substitua a responsável que, quando não tem programação no Sindicato, está na loja onde presta serviço. Na Secretaria de Gênero quando se tem uma pessoa realizando o trabalho de secretariado é alguém ligada a outro setor; neste caso quem a auxiliar é a Secretaria de Esporte. Ou seja, a Secretaria de Esporte tem uma segunda pessoa que pode substituir o secretario desse setor, enquanto a Secretaria de Gênero não dispõe de uma pessoa, que esteja de fato inteirada nas questões de gênero, podendo auxiliar na atividade de secretariado, para além da coordenadora. Em alguns momentos dos eventos organizados pela Secretaria foi notado o quanto este espaço ainda está fragilizado dentro do Sindicato: nem todos/as contribuem para que o evento possa ser efetivado. Entre as visitas e eventos pude constatar que algumas mulheres ligadas ao Sindicato militam em movimentos sociais, como Lívia Ferreira que faz parte da administração da FEC – BA e milita no Coletivo Lesbibahia, a qual me concedeu uma entrevista onde fala sobre sua militância e sobre a mulher em espaços majoritariamente masculinos. Rosemeire Correia secretária de Gênero também faz parte de um movimento social, o de Mulheres na Cidade Baixa.

Antes de apresentar a Secretaria de Gênero, Etnia e Juventude é importante destacar a fragilidade em nomear este setor, que em diversos momentos, aparece como Departamento, Secretaria, em momentos vem seguidos por Etnia e Juventude, e em alguns momentos não.

A Secretaria de Gênero, Etnia e Juventude têm como objetivo estar criando ações emancipadoras para a categoria comerciária feminina, como mostra o texto a seguir, retirado do regime do SINDICOM, onde constam os objetivos de cada secretaria do mesmo. O documento vem como Departamento que de acordo com o dicionário Aurélio é uma repartição administrativa, divisão, setor e não como Secretaria serviço administrativo relativo a uma corporação como está apresentada no site oficial.

Departamento para Assuntos de Gênero, Etnia e Juventude será composto pelo coordenador geral indicado pela coordenação política e os dirigentes definidos e aprovados pelo coletivo. É da sua competência: desenvolver

ações – específicas e conjuntas com a UBM (União Brasileira de Mulheres) e outras entidades feministas- relativas à formação política, emancipacionista, Sindical e cidadã das comerciárias, da diretoria dos assessores da luta, da categoria comerciária, de categorias irmãs e do movimento popular; Desenvolver ações- específica e conjuntas com a UNEGRO (União de Negros pela Igualdade), e o ILG (Instituto Luís Gama) e outras organizações da luta anti-racista – relativas á formação política anti-racista, Sindical e cidadã dos Comerciários, da diretoria, dos assessores da luta, das categorias irmãs e do Movimento Popular; Desenvolver ações e conjunta com a UJS (União da Juventude Socialista) e outras organizações da luta juvenil e estudantil; Acompanhar, participar e dirigir as lutas do gênero pela emancipação das mulheres na categoria e pelo combate ao racismo e discriminação de qualquer espécie; Fazer com que a entidade participe e esteja em todas as atividades que tenham sido convidada, ou de interesse geral da categoria; Apresentar relatório , trimestralmente , ao coletivo.

Alguns parceiros/as do Sindicato, em especial da Secretaria de Gênero Etnia e Juventude são a União Brasileira de Mulheres – UBM, bem como União de Negros pela Igualdade – UNEGRO onde a Secretaria procura desenvolver atividades/ações específicas com cada uma das instituições parceiras, as quais apresento a seguir.

4.1. UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES – UBM

A União Brasileira de Mulheres foi criada em 1988 e é uma instituição sem fins lucrativos, que tem como objetivo garantir e reivindicar direitos da mulher trabalhadora, assim como a cidadania desta. De acordo com o Estatuto da instituição retirados do seu site oficial, seus objetivos são:

- Contra a opressão de gênero na perspectiva emancipacionista;
- Pelas reivindicações sociais da mulher em relação ao trabalho, combate à violência de gênero, saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos, educação não discriminatória, lazer e equipamentos sociais;
- Para que a maternidade seja compreendida na sua função social por toda a sociedade;
- Pela união e participação da mulher ao lado dos demais segmentos da sociedade na luta por democracia, soberania nacional, pelos direitos sociais, pela paz e por uma nova sociedade livre de toda opressão e exploração.

O período em que a UBM foi criada, o Brasil tinha como presidente José Sarney, que assumiu o país com a morte de Tancredo, do qual era vice. Esse mesmo período fica marcado pela promulgação da Constituição, esta que até hoje vigora, e que reafirmava as leis

trabalhistas, como o período de trabalho de 44 horas semanais, bem como assegurava do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços e outros direitos trabalhistas.

4.2. UNIÃO DE NEGROS PELA IGUALDADE – UNEGRO

Criada em 14 de julho de 1988 por um grupo de jovens de Salvador, a UNEGRO – União de Negros pela Igualdade – em 2016 completou 28 anos de existência, e tem como objetivo a luta contra o racismo, bem como de enfrentar a desigualdade de gênero e classe. A entidade tem como presidenta Ângela Guimarães, uma mulher negra, o que nos faz pensar o quanto avançamos nesses espaços majoritariamente masculinos.

Após ter falado sobre os objetivos e parceiros da Secretaria, a história da mesma foi desenvolvida através do método da história oral, da memória das pessoas que tiveram e estão à frente da Secretaria considerando que, como foi falado antes, não existe um acervo histórico. De acordo com CRUIKSHANK:

“Historia Oral” é uma expressão mais especializada, que em geral se refere a um método de pesquisa, no qual se faz uma gravação sonora de uma entrevista sobre experiências diretas ocorridas durante a vida de uma testemunha ocular. (CRUIKSHANK, 2006, P.151).

É importante destacar que não basta apenas uma gravação sonora, é necessário que as pessoas escolhidas para serem entrevistadas “[...] sejam pessoas que efetivamente podem contribuir [...]” (ALBERTI, 2004, p.31). Assim as pessoas que pude contar para apresentar a história da Secretaria, foram pessoas que de fato puderam contribuir.

Em 1987 uma greve foi declarada pelos trabalhadores de uma grande empresa de supermercado a antiga Paes Mendonça (atual Bompreço), reivindicando melhores condições de trabalho e melhores salários. Essa greve foi se espalhando por outras partes do comércio e outras reivindicações começaram a fazer parte das demandas sindicais, tais como contra o sindicalismo conservador e patronal dos dirigentes que atuavam na época. Essa não foi a primeira vez que a classe comerciária reivindicou por seus direitos na capital baiana, pois logo nas primeiras décadas do século XX os comerciantes começam a reivindicar por melhorias no trabalho:

Nas primeiras décadas do século XX, o peso e a influência do comércio ainda eram bastante grandes. Foram os comerciantes que pressionaram as autoridades governamentais a realizar as reformas urbanas necessárias à sua própria expansão. Exemplo disso são as obras de construção do cais e

pavimentação de ruas na região portuária iniciadas em 1906, a introdução do bonde elétrico, da telefonia e da eletricidade, de período anterior, e as reformas urbanas iniciadas no primeiro governo de J. J. Seabra (1912-1916).(CASTELLUCCI,2001,p.16-17)

Foi em meio a esse período da greve que um grupo de mulheres começou a se articularem de forma minuciosa, para que não houvesse futuras perseguições e procuraram discutir sobre as condições de seus trabalhos nessa área. Este grupo de mulheres começou a exigir do Sindicato que tomasse partido pelas suas causas e através de muito diálogo foi criado o Departamento da Mulher, nome este que ainda é usado por muitos dentro do Sindicato e da própria Secretaria de Gênero. Dentro dessa imprecisão embora no site seja apresentada como Secretaria, é comum ser chamada de Departamento por membros do Sindicato.

Segundo Dalva Leite que fazia parte do quadro de funcionários do Paes Mendonça e uma das pessoas que posteriormente compôs o quadro do Sindicato, onde esteve à frente da Secretaria durante a década de 80, contou que este tivera a ajuda de Loreta Valadares para ajudar na formação dos encontros e atividades elaboradas pelo mesmo. Formada em Direito, ativista política, feminista, Loreta chegou a ser exilada na época da ditadura civil militar na década de 1960. O objetivo do Departamento estava na emancipação das mulheres através da formação política, por direitos, fim da violência doméstica, bem como na luta por creches, ou seja, a luta pelo espaço sobre as discussões das demandas das comerciarias. O slogan que marcava a década de 80 era “Uma andorinha só não faz verão”. Conta uma entrevistada que foi membro dessa secretaria durante a década de oitenta, mostrando o quanto era importante a união não só das mulheres do Sindicato, mas também dos homens, já estes eram maioria, para que unidos fortalecessem as causas das mulheres.

Em 1987 ainda de acordo com Dalva Leite, no mesmo ano da greve citada acima, acontece o Primeiro Encontro de Mulheres, com o objetivo de discutir a importância das mulheres no mercado de trabalho.

Partindo para os anos 2000 a Secretaria de Gênero, Etnia e Juventude desenvolveu alguns eventos que marcam datas importantes para as mulheres, tais como as comemorações em torno do Dia da Mulher, a prevenção ao câncer de mama, o mês da Consciência Negra, estes sendo os principais eventos anuais promovidos por esse espaço que visavam discutir assuntos com a sociedade civil, em espaços públicos e sempre fazendo uma articulação com as demandas das mulheres comerciarias. Infelizmente as comerciarias acabam sendo minoria nos eventos, por conta da carga horária no ambiente de trabalho. Os eventos são o Março mulher, em comemoração ao mês das mulheres, o Outubro Rosa, pensando na saúde feminina

no mês marcado pela luta contra o câncer de mama, e o Novembro Negro, mês da Consciência Negra que relembra a luta de Zumbi dos Palmares. É importante destacar que a Secretaria está atenta aos acontecimentos da sociedade, criando, quando necessário, eventos para discutir tais temas, como foi o caso do estupro coletivo a uma jovem no Rio de Janeiro, fazendo com que a Secretaria colocasse este fato como pauta de discussão. Participei de dois eventos, o Março Mulher que teve como chamada “Mulheres Comerciantes na luta e no Poder” e o outro sobre a cultura do estupro, devido o ocorrido com a jovem do Rio de Janeiro: “Culpabilização da Mulher Violentada: Como desconstruir a cultura do estupro?”.

O evento “Mulheres Comerciantes na Luta e no Poder” ocorreu no dia 03 de março de 2016, no centro da cidade, na Praça da Piedade, onde teve como palestrantes Patrícia Vieira (coordenadora geral da UBM), Dr. Maraci Meneses (Delegada da DEAM), Abia de França (mestranda em Educação Física) que trouxe a capoeira na vida de algumas mulheres, Dalva Leite (diretora do Sintrasuper) e Kátia Santos (técnica da coordenação de autonomia da Secretaria de Políticas para mulheres – SPM). O evento contou com show de MPB, com stands da Natura, O Boticário, Marykay, disponibilização de cartilhas sobre a saúde da mulher, bem como informativos sobre violência e os tipos de violência, disponibilizados pelo Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher – GEDEM e o Centro de Referência de Atenção à Mulher Loreta Valadares. O evento trouxe a discussão sobre os papéis socialmente atribuídos aos gêneros, a violência doméstica e familiar e a ocupação das mulheres em espaços majoritariamente masculinos.

Imagem 4 - Delegada da DEAM



Fonte: Foto retirada da página da rede social da Secretaria de Gênero

Imagem 5 - A Secretária de Gênero entre as palestrantes



Fonte: Foto retirada da página da rede social da Secretaria de Gênero

O outro evento ao qual participei foi a Roda de Conversa a fim de discutir sobre a cultura do estupro e de desconstruir a culpabilização da mulher, que aconteceu no dia 16 de junho de 2016, no teatro do Sindicato. Entre os palestrantes estavam o psicólogo Tonny Lacerda, um advogado criminalista e a presidente da ONG Lei das Marias Celina Almeida.

Imagem 6 – Palestrantes da Roda de Conversa



Fonte: Foto tirada pelo autor

Imagem 7 - Palestrantes, membros do SINDICOM e ouvintes



Apesar dos eventos serem destinados para discutir assuntos relacionados às mulheres, mais específico às mulheres comerciárias, estas, nesses espaços, foram minoria. Geralmente o maior público nos eventos é composto pelo próprio corpo do Sindicato, estudantes de Universidades interessadas nas discussões de Gênero; enquanto a presença das comerciárias passam quase que despercebido, devido a pouca quantidade destas nos espaços.

A carga horária do trabalho é um dos motivos para que seja minoria, uma vez que os eventos geralmente acontecem durante o turno diurno, horário onde estas estão laborando. Outro motivo para tão pequena participação, talvez seja a falta de aproximação entre as mulheres sindicalizadas com a Secretaria, pois não são todas as mulheres que sabem da existência desta, como é o caso da comerciária a qual cito a seguir, sindicalizada há dois anos, mas não sabia da existência desse espaço específico.

4.3. ENTRELAÇANDO DEMANDAS: SECRETARIA E COMERCIÁRIAS

A Secretaria não dispõe dos dados socioculturais das comerciárias sindicalizadas, não se sabe o número de mulheres negras, brancas, orientação sexual, idade/geração, número de filhos, estado civil, religião, escolaridade, etc.; informações estas que são de suma importância para saber mais sobre as demandas da categoria e para construção de uma política a fim da melhoria das condições de trabalho. Os dados disponíveis são mais simples, contendo apenas nome completo, empresa na qual presta serviço, data e ano da filiação, endereço e cidade, como podemos observar a seguir:

Tabela 6 - Dados das Mulheres Sindicalizadas

		SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA CIDADE DO SALVADOR <small>Rua Francisco Ferraro, 53 - Nazaré - 40.040-465 - Salvador - BA Site: www.comercariosalvador.com.br Fone/Fax: (071)3555-3300 - CNPJ:15.239.478/0001-46</small>			
Sistema ProSind 3.5		23/03/2016			
Relatório de Sócios do Sexo Feminino (Somente Sócios)					
INSCR.	NOME	EMPRESA	ENDEREÇO	CIDADE	FILIAÇÃO
989600 4	BIANCA LORENA DA SILVA SANTOS	HIPER BOMPREGO	RUA RESENDE DE JESUS, 01	SALVADOR	24/04/2009
993464 0	BIANCA MOSSELMAN SANTANA DE CARVALHO	"ESTAÇÃO RUBRO NEGRA"	RUA MOCAMBO-ILHADO, 358	SALVADOR	14/08/2012
995762 2	BIANCA NETO OLIVEIRA	VITA BAHIA	RUA DAS PALMEIRAS	Salvador	02/03/2016
990506 0	BIANCA RAMOS BORGES DOS REIS	MS COMERCIO DE RELOGIOS LTDA -	RUA ITAPETINGA, 59	SALVADOR	21/10/2009
993091 5	BIANCA REIS COUTINHO	Msr Com Equip E Servicos Em Vi	RUA ALICE TIBIRICA	SALVADOR	21/12/2015
994659 1	BIANCA REIS DAMACENA	PLANETA BOLSAS	RUA ENGENHEIRO, 22 E	Salvador	07/01/2014
993756 3	BIANCA REIS VINAGRE	Valdac Ltda	RUA LIDIO DOS SANTOS, 100	SALVADOR	27/11/2012
995265 5	BIANCA SANTANA DOS SANTOS	3 III COMERCIO DE BIJUTERIAS E	1 TARV DARCY VARGAS	Salvador	20/11/2014
995539 2	BIANCA SILVA DOS SANTOS	RENNER	FAZ. GRANDE, SETOR 5	Salvador	16/07/2015
995194 7	BIANCA SOUSA DA ROCHA	LEAO DE OURO	R ALTO DE SAO ROQUE	Salvador	07/10/2014

Tabela retirada do Relatório de sócias do SIDICOM

Em conversa informal com uma comerciária sindicalizada há dois anos, Bianca Santos, com a qual possuo um grau de parentesco, indago como foi o processo de sindicalização e sobre as informações repassadas para o Sindicato:

“... Estava no trabalho quando uma pessoa do sindicato foi lá, perguntando quem queria se sindicalizar, falou do direito a uma carteirinha de desconto para consultas médica. Me interessei e dei meus dados que pedia, nome, data de nascimento, RG, qual loja pertencia. Que me lembre só foi isso mesmo, no momento estava até um pouco ocupada, mas se não falha a memória, as informações que pediam eram essas...” (Bianca Santos)

Fazendo o cálculo a partir das tabelas fornecidas pela Secretaria em formato PDF, são mais de 22 mil mulheres trabalhando na área de comércio em Salvador sindicalizadas, número este que pode ser maior por conta das não filiadas, considerando o mercado informal, além da desatualização dos registros do Sindicato. Mas como de fato saber suas demandas se não existe informações que seriam de grande importância na construção de uma política, seja ela voltada para lutar por creches, onde é importante saber o número de comerciárias com filhos, ou para combater o racismo, sexismo, lesbofobia, ou qualquer outra forma de violência, por estas vivenciadas?

É preciso sistematizar as informações e compreender que apesar de ser mulher e de estarem dividindo o mesmo ambiente de trabalho, existem as interseccionalidades, como mencionei anteriormente, que as diferenciam e fazem reivindicar por demandas diferentes e estarem em alguns momentos em situação de mais ou de menos privilégios em relação às demais. O ideal seria ter um banco de dados contendo tais informações, como a da tabela a seguir sugerida:

Tabela 7 - Dados socioculturais das Mulheres Sindicalizadas

NOME	RAÇA/ETNIA	ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDADE	ESTADO CIVIL	RELIGIÃO
ESCOLARIDADE	NÚMERO DE FILHOS	ANO DE FILIAÇÃO	TELEFONE	E-MAIL	ENDEREÇO PESSOAL
ENDEREÇO PROFISSIONAL					

Fonte: Tabela do autor

Não podemos achar que as reivindicações de uma mulher comerciária solteira e sem filhos, vai ser a mesma de mulher também solteira com filhos. As demandas destas serão diferentes e o ponto para essa diferença, neste exemplo, foram a presença e a dependência financeira de outra pessoa. Provavelmente esta mãe, tem uma dupla, quiçá uma tripla jornada de trabalho, pois além de dispender sua mão de obra no trabalho, tem os cuidados para com a casa e a educação dos filhos e filhas.

Pensando nessas mulheres, a Secretaria já vem a certo tempo debatendo a luta por creches como um direito para a comerciária, uma vez que esta é uma área que demanda

grande tempo do dia, fazendo com que não tenha disponibilidade para demandar os afazeres com seus filhos. Sabemos que na grande maioria ainda são as mulheres as principais responsáveis pela educação e bem estar dessas crianças, desta forma, se faz necessário um lugar seguro enquanto as mulheres laboram.

Em entrevista concedida a TV FEC, a qual utilizo para a realização desse trabalho, a atual secretária do setor Rosemeire Correia (2016) menciona:

“... A categoria comerciária é de grande maioria composta por mulheres mães, periféricas e que hoje, nós estamos notando um grande pedido de demissões por mães que não tem com quem deixar seus filhos. O Departamento de Gênero vem chamando a atenção da sociedade participando de passeatas, manifestações, junto a câmara de vereadores, o Departamento entende que é de extrema fundamental e importância está levando esta bandeira em todos espaços que possa ser conversado e que possa ser vista a realidade das mães comerciárias”(trecho retirado e transcrito da entrevista com a TV FEC Bahia publicada em 29 de julho de 2016).

A imagem abaixo retirada do Jornal dos Comerciários traz a edição especial da mulher, com a chamada: “V Feira da Cidadania homenageou mulheres e cobrou creches para a guarda das crianças” Nº 552, de março de 2015. Na ocasião Cherry Almeida estava como representante da Secretaria de Gênero onde aborda a luta por creches, destacando que em 2014 mais de 11 mil mulheres pediram demissão por não terem com quem deixar seus filhos. A partir daí percebe-se o quanto é necessário uma política de creche para que essas mães comerciárias possam continuar no espaço público a fim de conquistar sua autonomia financeira.

Imagem 6 - Creches para a guarda das crianças

V Feira de Cidadania homenageou mulheres e cobrou creches para a guarda das crianças

A 5ª edição da Feira de Cidadania da Mulher Comerciária, realizada na sexta-feira (5/3), na Praça Newton Rique – Shopping da Bahia (Iguatemi), reuniu autoridades e representantes de órgãos públicos para discutir a ausência de creches em Salvador para a guarda dos filhos das comerciárias.

O evento é realizado todo ano pela Secretaria de Género do Sindicato e faz parte das atividades em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março. “Mais uma vez trouxemos para a praça uma discussão importante que é a questão de creches no comércio de Salvador. Sabemos que as comerciárias estão abrindo mão dos seus direitos porque não tem com quem deixar seus filhos. A partir de agora vamos ocupar as ruas e solicitar das autoridades creche no comércio já”, destacou Chery Almeida, secretária de género.

No local foram montados stands com vacinação; serviços odontológicos; aferição de pressão arterial; avaliação corporal e emissão do cartão do SUS, em parceria com o Conselho e Secretaria Municipais de Saúde. Nas palestras e debates também foram discutidos temas como: violência, saúde, educação, mercado de trabalho e alimentação.

Jailton Dourado, presidente do Sindicato, lembrou que os horários das creches devem se adequar ao das comerciárias. “É importante observar o horário de funcionamento destas creches, porque os shoppings da cidade encerram as atividades às 22hs e estas trabalhadoras chegam em suas casas por volta das 23hs. A creche precisa ter uma flexibilidade de horários das 7h da manhã até às 23h para atender com um equipamento de qualidade para a

uma delas é a questão da creche, que para nós está na ordem do dia”.

NÚMEROS

O número reduzido de creches na cidade tem alterado o cenário do comércio. Em 2014 o Sindicato contabilizou cerca de 11mil desligamentos de comerciárias. Deste total, 1,760 (15,42%) foram demitidas ou pediram afastamento após tornarem-se mães e não terem onde deixar os filhos. “Meu filho tem 3 anos, não estuda ainda e fica com minha sogra. A dificuldade é quando ela sai, porque eu não tenho com quem deixá-lo e sou obrigada a faltar trabalho ou a deixá-lo com outra pessoa, isso me deixa muito preocupada. Se tivesse creche pública eu sairia tranquila para trabalhar sem preocupações”, destacou a comerciária Tatiana Vieira.

O último Censo do IBGE, realizado em Salvador no ano de 2010, revelou que cerca de 53 mil crianças com idade de 0 a 5 anos estavam fora da escola naquele ano. “A falta de possibilidade de colocar os filhos em uma creche tira muitas mulheres do mercado de trabalho e muitas vezes impede a entrada de outras devido aos empregadores, que entendem que é a mãe quem deve cuidar do filho. Entendem que as responsabilidades familiares são apenas das mulheres e não da família como um todo”, pontou Ana Geórgina, do Diêse.

Quando foi deputada estadual pelo PCdoB, Kelly Magalhães, que atualmente é assessora especial da

Também estiveram presentes representantes da Fec Bahia, Conselho Regional de Nutrição, Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Secretaria Municipal de Saúde, Sindsaúde, APLB Sindicato, Fetracom e líderes sindicais do comércio de Itaberaba, Terra Nova, Maragogipe, Lauro de Freitas, Castro Alves e Irecê.

No evento foi exibido um documentário produzido pelo Sindicato, que registrou depoimentos de comerciárias mães no momento das suas homologações.



O coral da Legião da Boa Vista, com crianças de 7 a 12 anos, abriu a Feira.



No local foram oferecidos serviços de saúde



Reunião com a secretária de educação



Guilherme Bellintanni prometeu discutir as creches com o setor patronal

Na quinta-feira (5/3) os diretores do Sindicato, Chery Almeida e Ailton Plínio, se reuniram com o secretário municipal de educação Guilherme Bellintanni e a vereadora Alastilce Souza (PCdoB) para discutir as demandas de creches para os filhos das trabalhadoras do comércio. O secretário se mostrou favorável à proposta do Sindicato, que exige a construção de creches

em grandes centros comerciais, e prometeu agendar uma reunião com as entidades patronais para tratar do assunto. “Acho a ideia genial e nos interessa muito. Vou agendar uma reunião com representantes das entidades patronais, como Federação do Comércio e Sindojoas, para apresentar a proposta, e posteriormente vamos nos encontrar para tratar do assunto”.

Dilma sanciona Lei do Femicídio

A presidente Dilma Rousseff sancionou (9/3) a chamada Lei do Femicídio, que inclui no rol de crimes hediondos o assassinato de mulheres por razão de género. O objetivo é tentar reduzir as taxas de homicídio feminino no país.

Dados do Mapa da Violência 2012, elaborado pelo Instituto Sangari e pelo Ministério da Justiça, indicam que 43,5 mil mulheres foram assassinadas entre 2000 e 2010 — uma média de aproximadamente 12 por dia. “Em briga de marido e mulher, nós achamos que se mete a colher, sim, principalmente se resultar em assassinato”, disse a presidente Dilma durante uma visita ao Palácio de Brasília.



discriminação à condição de mulher passa a ser incluído entre os tipos de homicídio qualificado. A punição para esse tipo de crime, que é inafiançável e imprescritível, é de reclusão de 12 a 30 anos — já a pena para homicídio simples varia de 6 a 20 anos.

A Secretaria tem como representante legal uma mulher negra, comerciária, casada com filhos e graduanda em psicologia. Em uma de nossas conversas disse que tem como objetivo dentro da Secretaria lutar pelas causas femininas:

“Lutar pelas causas femininas, empoderamento. E desconstrução de que as mulheres não são unidas” (Rosemeire Correia)

Apesar desta afirmação foi observado e uma das vezes até mesmo exposto em uns dos eventos o quanto essa questão da união feminina ainda é fragilizada, na ajuda da construção dos eventos, por exemplo, acarretando toda responsabilidade para uma ou duas pessoas. Esse número de ajuda, ou ainda no processo de construção desses espaços, poderia ser bem maior, até mesmo quando se tratar de mulheres que lutam em prol de conquistas coletivas. Daí surge a questão: será mesmo que toda mulher está efetivamente aberta às questões de género? Qualquer mulher pode nos representar nos espaços? Será que existe uma pauta específica que nos une? E se fosse um homem, eles poderiam representar bem nossas pautas?

Tomei a fala da secretária para entrar na questão de representatividade, até onde estamos sendo bem representadas por aquelas que dizem lutar em prol de nossas demandas em determinados espaços de poder. Será que a representação se faz mais importante que os feitos políticos?

De acordo com Pitkin apud Phillips representar “significa agir no interesse dos representados, de uma forma responsiva a eles” (2001,p.271) ao qual entendo que a responsabilidade pelas ações, feitos políticos serão mais importantes do que o corpo físico desse representante. Não quero dizer que ter uma mulher, por exemplo, nos representando em espaços como este do Sindicato, não seja importante. Contudo, mais que ter a presença feminina nesse e em outros espaços é ter a responsabilidade para assumir o cargo, e suporte oferecido pela instituição. Felizmente apesar das dificuldades, a Secretaria de Gênero e Etnia vem sendo representada não só fisicamente, mas também politicamente por uma mulher.

Em entrevista com Livia Ferreira, membro da FEC-BA e militante do Coletivo Lesbibahia, ela traz essa reflexão colocando a importância das mulheres em espaços de poder majoritariamente masculino:

“Te agradeço pela escolha de ter vindo conversar comigo. Sou Livia Ferreira sou administradora, me formei em 2013, coleei grau em 2014 pela Faculdade da Cidade do Salvador que fica ali no Comercio, mas antes de ser administradora eu sou atriz e isso como profissão. E sou lésbica negra, estou no movimento de lésbica desde 2011, não conhecia o movimento antes de 2011, através de uma visibilidade lésbica que aconteceu na Estação da Lapa que ali tinha uma vigília, toda última terça feira de cada mês, tinha uma vigília falando sobre a mortandade das mulheres, o genocídio, o *feminicídio* no Estado da Bahia.

Uma dessas terças feira do mês de agosto, que 29 de Agosto é dia da visibilidade lésbica, ai fizeram uma vigília, em prol da vida das mulheres lésbicas, a visibilidade das mulheres lésbicas, porque as mulheres lésbicas não morre só com tiro, com facadas ,com assim.. É que vejo uma importância muito grande em ter dentro dos Sindicatos, das Federações, dentro das Centrais sindicais essa pasta, mas que não seja uma pasta por ser, só pra constar. Tem que ser uma pasta, pra está levando que esta mulher que está ai dentro desse setor de Gênero pode ser um homem ou uma mulher que esteja nesse setor de gênero, que tem que ser tratado do masculino e do feminino [...] Será que a mulher tem que está na pasta de gênero? Ela não poderia está na presidência do Sindicato, na presidência da Federação, da Central sindical? Porque sempre é uma mulher que tem que está nesta pasta? Não estou dizendo que esta pasta é ruim, é boa, é interessante, tem que existir porque homem e mulher tem que tentar caminhar por igual, também na presidência dos sindicatos, federações e centrais sindicais, tem que ter essa visão, porque se a gente não trabalhar pelo empoderamento da mulher, quem é que vai trabalhar? Quem vai falar de nos pros outros? De nós pra nós? Quem tem que falar de mulher são as mulheres, quem tem que divulgar o trabalho da mulher é a mulher e não ficar esperando que outras pessoas falem da gente...Na minha cabeça dentro dos Sindicatos deveriam ter dois presidentes um homem e uma mulher, porque contemplaria as duas forma de vida dentro daquele segmento...”(Livia Ferreira)

Tomando as palavras de Livia Ferreira, e ressaltando que sua fala não vem em representação da FEC e sim através de sua militância e como mulher negra inserida em um espaço majoritariamente masculino, quando traz que:

“Será que a mulher tem que está na pasta de gênero? Ela não poderia está na presidência do Sindicato, na presidência da Federação, da Central sindical? Porque sempre é uma mulher que tem que estar nesta pasta?”

Essa reflexão vem para pensarmos mais sobre a questão da representatividade e o significado que esta representação tem para o corpo de uma Instituição, que tem o objetivo de discutir demandas femininas e provocar a equidade de Gênero dentro da Instituição. Contudo, ter uma mulher como representante legal de outras, não quer dizer que os problemas estão resolvidos, ou serão mais fáceis de resolver, uma vez que sem um devido apoio da Instituição ter uma de nós pode não significar muito e não passar apenas de presença figurativa. Essa representação legal a autora Phillips conceitua como representação justa “A noção de que representação justa implica representação proporcional de acordo com características sociais tais como etnicidade ou gênero.(2001;p. 286)”. Como já foi citado, a Secretaria de Gênero e Etnia, apesar de sua luta e seus feitos ainda sofre com esse sistema de representação, uma vez que o devido suporte para este setor ainda está a desejar. Uma categoria eminentemente feminina, em um espaço de decisão sindical composto majoritariamente por homens.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do trabalho narrado, ficou claro o quanto somos preconceituosos/as ,quando vamos a campo, sem mesmo pensar que podemos nos debater com realidades bem adversas das quais pretendíamos encontrar. Com este trabalho foi assim, o que seria para debater sobre o programa de política de creches para as mulheres comerciárias que são mães, tornou-se um estudo voltado para debater a fragilidade que as demandas femininas têm nesse espaço de poder majoritariamente masculino chamado Sindicato, neste caso o Sindicato dos Comerciários de Salvador.

O trabalho foi ganhando outras dimensões através da proporção das visitas a Secretaria, a participação aos eventos ofertados pela mesma, que tem seu tripé anual baseado no Dia da Mulher, o Outubro Rosa e o Novembro Negro. Nesses encontros e visitas é quando começo observar a fragilidade do Setor em relação a sua estrutura de organização.

Não dá pra pensar políticas de melhorias para determinada classe se não temos o perfil dos mesmos, não sabemos o número exato de mulheres negras e brancas, (apesar de saber que as negras são maioria, pela própria condição populacional de Salvador), o número de mães, comerciárias estudantes, orientação sexual, faixa etária e outras características sociais de grande importância para o desenvolvimento de políticas de melhorias para a classe comerciária. Por esse motivo fiz uma tabela como uma sugestão para coleta de dados que são de suma importância para a Secretaria e podem ser aperfeiçoadas ao longo desse processo investigativo.

Outro fator importante diz respeito à falta da participação das filiadas nas assembleias, onde as mesmas poderiam relatar suas demandas vivenciadas no dia a dia no mercado de trabalho. Não há um diálogo entre Sindicato e a sua base, que é materializado na estrutura física e secretariado que é dispendido para o debate de gênero, em uma categoria que é em sua maioria composta de mulheres. Essa mesma característica também pode ser observada se pensarmos em outras centrais sindicais, ou mesmo na articulação mais ampla das Federações e Confederações: as mulheres não ocupam cargos de direção.

Assim fica claro como este espaço ainda é frágil, em relação às pautas das mulheres comerciárias, resquícios de uma sociedade patriarcal, onde as demandas das mulheres estão sempre em segundo plano.

Como produto deste trabalho monográfico, diante do percurso inusitado de pesquisa e da dificuldade em encontrar informações sistematizadas, temos uma narrativa histórica das

mulheres no Sindicato dos Comerciários de Salvador e da Secretaria de Gênero, que problematiza essas relações e pode impulsionar outras pesquisas futuras.

6. REFERÊNCIAS

A CTB. Disponível em: < <http://portaldotrabalhadores.com.br/ctb/> > Acesso em 10 de Agosto de 2016

A HISTÓRIA DA FORÇA. Disponível em: < <http://fsindical.org.br/a-historia-da-forca/introducao/> > Acesso em: 10 de Agosto de 2016.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CAPPELLIN, Paola. Feminismo e movimento sindical. In: COSTA, A; SARDEMBERG, C(org.). *O feminismo no Brasil: Reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 99-110. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/wp/wpcontent/uploads/2013/11/feminismovinteanos.pdf> . Acesso: em 20 de Maio de 2016.

CASTELLUCCI, Aldrin Armslrong Silva. *Salvador dos Operários: Uma História da Greve Geral de 1919 na Bahia*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História– UFBA, 2001.

CASTRO, Nadya Araújo. *O movimento operário baiano nos anos oitenta: Retomando alguns elos na dinâmica do mercado regional de trabalho e da conformação das classes sociais na Bahia*. In: ARAUJO CASTRO, Nadya. *Relações de Trabalho e Práticas Sindicais na Bahia*, Centro Editorial e Didático: 1995.

CASTRO; GUIMARÃES. O que é que a baiana faz? Os novos padrões da divisão sexual do trabalho nas atividades do Estado da Bahia. *Cadernos CRH*, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2483/1/CadCRH-2007-453%20s.pdf> . Acesso em: 08 de março de 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*. v.31, n.1, 2016. p.99 -127.

CONHEÇA A CSB. Disponível em: <http://csbbrasil.org.br/conheca-a-csb/> > Acesso em: 10 de Agosto de 2016

COSTA, Ana Alice. As mulheres no sindicato. Salvador. *Revista Feminismos*, V.2, n.2, 2014. Disponível em: <http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/139/112> Acesso: em 20 de Maio de 2016.

COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. In: *Seminário de Aprofundamento do Trabalho com Gênero no Pró-Gavião*. Vitória da Conquista: NEIM/REDOR Pró-Galvão, 2000. p.35-44

CRUIKSHANK, J. Tradição Oral e História Oral: Revendo algumas questões . In: FERREIRA, M; AMADO, J C(org). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PME- Pesquisa Mensal de Emprego, 2006 [on line]. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/apresentacao_mulher_responsavel.pdf> Acesso em: 22 de Maio de 2016

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*. n.5, 1995. p .07-41

HIRATA, Helena. *Gênero, Classe e raça*: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, Junho de 2014.

HISTÓRIA COMERCIÁRIOS DE SALVADOR. Disponível em <<http://www.comerciariosalvador.com.br/institucional/historia/>> Acesso em 12 de Agosto de 2016

HISTORIA DA NCST. Disponível em:< <http://www.ncst.org.br/subpage.php?id=18483>> Acesso em: 10 de Agosto de 2016

HISTÓRICO DA CUT. Disponível em:< <http://cut.org.br/conteudo/historico/>> Acesso em: 10 de Agosto de 2016.

HISTÓRICO DA UGT. Disponível em:< <http://www.ugt.org.br/index.php/Historico> > Acesso em: 10 de Agosto de 2016.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

MELO, Hildete Pereira. *Invisibilidade do trabalho feminino*: Uma violência disfarçada-Notas preliminares. In: TORNQUIST, Carmen Susana et al. *Leituras de Resistência: Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009

OLIVEIRA, Rita de Cássia Magalhães. (Entre) linhas de uma pesquisa: o diário de campo como um dispositivo de (in)formação na/da abordagem (auto)biográfica. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*. V.2, n. 4, 2014. p. 69-87

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*. Ano 9, 2º. Sem. 2001. 268-290.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. *I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres*, Bahia, de 5-10 de junho de 2006.

TV FEC BAHIA- *Creches: qualidade de vida para a mulher e seus filhos*(29 de julho de 2016). Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=2tUzXGjRU2M>> Acesso em 18 de Setembro de 2016.

7. APÊNDICES

7.1 APÊNDICE A - Termo de consentimento e assentimento livre e esclarecido sobre o depoimento oral prestado

Eu, (nome) _____, (RG) _____, (CPF) _____, residente no município de _____ declaro ter recebido as devidas informações sobre a pesquisa para fins de Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvida por (nome da/do estudante) _____, (RG) _____, (CPF) _____, junto ao curso de _____, da Universidade Federal da Bahia. Informo que a participação nessa pesquisa ocorreu de forma voluntária e que tenho conhecimento sobre a possibilidade de desistência e supressão de minha entrevista a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Reconheço a gravação da entrevista, que teve uma duração total de _____ horas e _____ minutos, e dou meu consentimento quando ao uso do material para os fins acima referidos. Mesmo sem benefícios diretos, entendo que estarei contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Declaro também que fui informada/o sobre a necessidade por parte da/do estudante de respeitar minha privacidade e, nesse sentido, autorizo:

- () O uso de meu nome completo, consentindo com minha identificação.
- () Não autorizo minha identificação e gostaria que meu relato fosse anônimo.

Estou ciente que quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela/o pesquisadora/or através dos contatos: fone _____; email _____.

Atenciosamente

_____ Nome e assinatura do(a) estudante Matrícula:
_____ Local e data

_____ Nome e assinatura da testemunha CPF

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

_____ Nome e assinatura do participante

7.2. APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

Informações pessoais:

- Nome (caso concorde em se identificar)
- Idade
- Raça/etnia
- Estado civil
- Número de filhas/os
- Orientação sexual
- Religião
- Escolaridade
- Função dentro do Sindicato
- Participação em movimentos sociais (se esteve ou está ligada/o a alguma outra organização política, se participou de militância estudantil, associações de bairro, luta por pautas específicas, etc.)
- Motivação para filiar-se ao Sindicato

Sobre a Secretaria:

- Um pouco do Histórico da Secretaria de Gênero no Sindicato (Quando foi sua criação, como se deu, contexto do Sindicato no período de sua criação, etc.)
- Em que conjuntura você identifica que a formação da Secretaria foi considerada necessária?
- Quais pessoas que você recorda que estiveram à frente desse espaço do Sindicato?
- Quais reivindicações são lembradas como históricas das mulheres no Sindicato
- Entre as primeiras demandas até os dias de hoje, o que você diagnostica que tenha mudado?
- Como você vê as bandeiras levantadas em prol das mulheres comerciárias que estão atuando na área hoje e seriam elas?
- Como você avalia a Secretaria em relação à defesa das pautas específicas das mulheres?